



## Concorrência Eletrônica 90001/2026

O Agente de Contratação da **CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE – UASG 927976**, Estado do Paraná, designado pelo Ato 09/2026 da Câmara Municipal, torna público que fará realizar licitação na modalidade Concorrência Eletrônica **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, em regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, contratando-se a licitante que ofertar a **PROPOSTA MAIS VANTAJOSA**, sendo esta licitação disciplinada pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014, Resolução 25/2023 e demais normas pertinentes, bem como pelo disposto neste instrumento convocatório — Concorrência Eletrônica **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL nº 90001/2026** e no Processo administrativo nº 15/2026, devendo os interessados enviar seus documentos e propostas até a data supra-indicada.

### SEÇÃO I CONDIÇÕES GERAIS DO EDITAL

1. Endereço digital, dia e hora para o envio das propostas e documentos de habilitação para a realização da abertura do certame, conforme tabela abaixo:

DATA DA ABERTURA DO CERTAME	às <b>08h30</b> do dia <b>03/08/2026</b>
ENDEREÇO DIGITAL	<a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>
DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	entrega até as <b>08h29</b> do dia <b>03/08/2026</b>

1.1. As solicitações de providências ou impugnação deste Edital deverão ser efetuadas por escrito ou por e-mail ([licitacoes@fazendariogrande.pr.leg.br](mailto:licitacoes@fazendariogrande.pr.leg.br)) por qualquer cidadão ou pelas interessadas em participar do certame, ao Agente de Contratação, podendo ser enviadas por correspondência ou protocoladas diretamente na Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande situada na Rua Farid Stephens, no 179, Pioneiros, Fazenda Rio Grande, Paraná, no horário das 9h às 12h e das 13h às 17h, com antecedência de 03 (três) dias úteis da data estabelecida para a abertura do certame.

1.1.1. As solicitações de providências e impugnação feita tempestivamente serão julgadas em até 3 (três) dias úteis, a contar da data do seu recebimento.

1.1.2. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação a presente **CONCORRÊNCIA** ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 03 (três) dias úteis, quando presenciais, deve-se considerar às 17h do último dia o horário limite para a sua protocolização a contar data fixada para a abertura da sessão pública do certame.

1.2. As solicitações de esclarecimentos deste Edital deverão ser efetuadas por escrito, sendo aceitas através do e-mail ([licitacoes@fazendariogrande.pr.leg.br](mailto:licitacoes@fazendariogrande.pr.leg.br)) ou pessoalmente, nos termos do item 1.3.

1.3. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos na Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande situada na Rua Farid Stephens, 179, Fazenda Rio Grande, Paraná, das 9h às 12h e das 13h às 17h, nos dias úteis, site de compras do Governo Federal, através do link <https://www.gov.br/compras/pt-br> e Portal da Câmara de Fazenda Rio Grande, através do link [Portal da Transparência](#).

1.4. Os atos e decisões da presente licitação serão publicados no site no site de compras do Governo Federal, através do link <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## 2. DO VALOR ESTIMADO

2.1. O valor estimado neste certame está fixado em R\$ 2.861.462,01 (Dois milhões oitocentos e sessenta e um mil quatrocentos e sessenta e dois reais e um centavo).

2.2. A licitação se dará pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, em regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, sendo que a licitante deverá formular sua proposta respeitando os valores máximos, unitário e total, sob pena de desclassificação.



**2.2.1.** Em condições excepcionais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado aprovado pelo Agente de Contratação, poderão os preços unitários propostos pelo licitante ultrapassar os preços unitários estimados acrescidos do INCC-DI acumulado da data-base do orçamento estimativo até a data-base da apresentação das propostas

**2.2.2.** Caso as justificativas apresentadas não sejam aceitas, o licitante deverá, sob pena de desclassificação da proposta, adequar, no prazo estabelecido pelo Agente de contratação, os preços unitários ofertados aos estimados neste Edital.

**2.2.3.** Não se admitirá a alteração dos preços unitários propostos que se encontravam inferiores aos estimados como forma de compensar a adequação dos preços unitários superiores

### **3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA HABILITAÇÃO**

**3.1.** Para atendimento dos objetivos desta **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, as proponentes poderão subcontratar outras empresas para a execução parcial dos **SERVIÇOS**, desde que estejam em acordo com o **item 15**.

**3.2.** A **CÂMARA MUNICIPAL** não aceitará proposta apresentada por consórcio ou grupo de firmas ou qualquer outra modalidade de interdependência entre as firmas licitantes.

**3.3.** Não será admitida a participação nesta **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** de empresas que:

**3.3.1.** Estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação com a Administração Pública ou impedimento de contratar com a Câmara Municipal;

**3.3.2.** Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Câmara Municipal;

**3.3.3.** Entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis e técnicos, haja alguém que seja servidor, empregado ou agente público da Câmara Municipal;

**3.3.4.** Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma proponente;

**3.4.** É facultada ao Agente de Contratação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentação ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.

### **4. DA ADJUDICAÇÃO**

**4.1.** Após a homologação do resultado da licitação pela Câmara Municipal a adjudicação do objeto desta **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** se efetivará através de **CONTRATO** a ser firmado com a empresa vencedora, de acordo com o modelo constante no **ANEXO IV — Minuta do Contrato**, que define os direitos e obrigações da Câmara Municipal e da **CONTRATADA** e do qual fazem parte este edital e seus anexos, independentemente de transcrição.

**4.2.** A empresa vencedora será convocada pela Câmara Municipal, por escrito, para a assinatura digital do respectivo **CONTRATO** no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data da convocação. Se esta não aceitar ou não retirar o instrumento contratual no prazo estabelecido, a Câmara Municipal poderá convocar, na ordem de classificação, as licitantes remanescentes para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação, independentemente das sanções administrativas aplicáveis.

### **5. DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTOS**

**5.1.** Os pagamentos pelos serviços executados, objeto desta **CONCORRÊNCIA**, serão efetuados por faturas mensais, diretamente para a **CONTRATADA**, após medição e liberação por parte da fiscalização, e aceite da Nota Fiscal referente a cada fatura, discriminando os serviços prestados, sendo que o valor medido dos serviços executados deverá ser igual ao valor previsto para cada etapa do Cronograma Físico-Financeiro



da obra, de acordo com o Anexo I do Termo de Referência

5.2. As demais condições de pagamento estão pormenorizadas no item 14 deste Edital.

## 6. DA CAUÇÃO DE GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar garantia de execução do contrato, em conformidade com o item 14 da Seção II deste Edital.

## 7. DAS CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Todos os **SERVIÇOS** em desacordo com as especificações técnicas, assim como as falhas e/ou vícios verificados no ato do seu recebimento, de responsabilidade da **CONTRATADA**, deverão ser refeitos. Neste caso, o prazo para recuperação daquelas falhas será determinado pela Câmara Municipal e sua inobservância implicará na aplicação das penalidades previstas nesta **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**.

7.2. A eventual reprovação dos **SERVIÇOS** em qualquer fase de sua execução não implicará alteração dos prazos nem eximirá a **CONTRATADA** da aplicação das multas contratuais.

7.3. Os prazos de início de etapas de execução e de conclusão admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do **CONTRATO** e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, devendo ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente da Câmara Municipal, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

7.3.1. Alteração do cronograma, etapas ou especificações pela Câmara Municipal;

7.3.2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do **CONTRATO**;

7.3.3. Interrupção da execução do **CONTRATO** ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Câmara Municipal;

7.3.4. Aumento das quantidades inicialmente previstas neste Edital, nos limites previstos no Item 9 desta SEÇÃO;

7.3.5. Impedimento de execução do **CONTRATO** por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Câmara Municipal em documento contemporâneo à sua ocorrência;

7.3.6. Omissão ou atraso de providências a cargo da Câmara Municipal, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do **CONTRATO**, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

### OBSERVAÇÕES:

I. Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, por motivo de força maior, de cumprir com seus deveres e responsabilidades relativos aos **SERVIÇOS** contratados, deverá comunicar por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a existência daqueles motivos, devidamente comprovados, indicando a alteração de prazo pretendida.

II. O comunicado sobre força maior será julgado à época do seu recebimento com relação à aceitação ou não do fato alegado, podendo a Câmara Municipal constatar a sua veracidade.

III. Constatada a interrupção da execução dos **SERVIÇOS** por motivo de força maior, o prazo estipulado no **CONTRATO** deverá ser prorrogado pelo período razoavelmente necessário à retomada dos **SERVIÇOS**.

IV. Qualquer dúvida com respeito a esta prorrogação de prazos será esclarecida e devidamente acordada entre a Câmara Municipal e a **CONTRATADA**, visando encontrar a melhor solução para ambas as partes. Entretanto, se a retomada dos **SERVIÇOS**, por motivo de força maior, demandar prazo superior a 15 (quinze) dias, A Câmara Municipal poderá rescindir o **CONTRATO** ou cancelar parte dos **SERVIÇOS**, tudo mediante comunicação por escrito à **CONTRATADA** e através do Termo Aditivo ao **CONTRATO**. Mediante tal rescisão ou cancelamento, a Câmara Municipal poderá, a seu critério, contratar a execução dos **SERVIÇOS** necessários



ao cumprimento do objetivo do **CONTRATO**, de maneira e forma que lhe parecer mais adequada, observada a legislação vigente.

## **8. DA RESCISÃO**

**8.1.** O **CONTRATO** poderá ser rescindido nos casos definidos no art. 137 e seguintes da Lei 14.133/21, e suas posteriores alterações.

## **9. DAS SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS**

**9.1.** A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as supressões que se fizerem nos **SERVIÇOS** até 25% (vinte e cinco por cento) e os acréscimos de até 50% (cinquenta por cento) do valor do **CONTRATO**, conforme previsto no art. 125 da Lei nº 14.133 de 2021 atualizado nos termos da lei.

**9.1.1.** Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes do acordo celebrado entre as contratantes.

**9.2.** As supressões ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante a elaboração de Termo Aditivo ao instrumento contratual.

## **10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**10.1.** Conforme estabelecido no art. 165 da 14.133/21 e suas alterações.

## **11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**11.1.** A Fiscalização poderá, a qualquer tempo, solicitar a substituição de pessoas da equipe da **CONTRATADA**, mediante justificativa, devendo o atendimento ser feito no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

**11.2.** Quando do recebimento das notas fiscais, a Fiscalização promoverá uma conferência preliminar da documentação a ela anexada, que constará de:

**11.2.1.** Verificação da data de emissão e de validade do CND do INSS;

**11.2.2.** Verificação da data de emissão e de validade do CRF do FGTS;

**11.3.** Fica a **CONTRATADA** obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a Fiscalização dos **SERVIÇOS** ora licitados, facultando o livre acesso aos mesmos, sem que essa Fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da Câmara Municipal.

**11.4.** A Fiscalização poderá sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o disposto neste edital.

**11.5.** Fica acordado que a Fiscalização não terá qualquer poder para eximir a **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste edital.

**11.6.** A gestão do contrato ou termo equivalente ficará a cargo do servidor Diego Fernando Laska, conforme Ato de Mesa Nº 09/2026 ou de outro servidor que venha a substituí-lo.

**11.7.** A fiscalização do contrato ou termo equivalente ficará a cargo do servidor André Luis Pereira Alves Carneiro, conforme Ato de Mesa Nº 09/2026 ou de outro servidor que venha a substituí-lo.

**11.8.** A fiscalização técnica do contrato ou termo equivalente ficará a cargo do Engenheiro Edilson da Cruz Souza, conforme Processo 18/2025 / Contrato nº 01/2026 ou de outro responsável designado que venha a substituí-lo.



## 12. DO FORO

**12.1.** Fica eleito o foro regional de Fazenda Rio Grande, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.

## SEÇÃO II CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO EDITAL

### 1. DO OBJETO

**1.1.** Constitui objeto a contratação de empresa especializada para a **execução da reforma do Plenário da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande/PR**, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transportes, administração da obra e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo serviços técnicos/profissionais correlatos, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes da contratação.

**1.2.** A intervenção será executada no imóvel situado na Rua Farid Stephens, 179, Bairro Pioneiros, Fazenda Rio Grande/PR.

**1.3.** A caracterização física de referência da intervenção é a seguinte:

**1.4.** Área do lote: **1.786,20 m<sup>2</sup>**;

**1.5.** Área construída existente: **1.935,76 m<sup>2</sup>**;

**1.6.** Área a ampliar: **23,14 m<sup>2</sup>**;

**1.7.** Área a reformar: **405,84 m<sup>2</sup>**;

**1.8.** Área construída total: **1.958,90 m<sup>2</sup>**.

**1.9.** Os **SERVIÇOS** previstos nesta **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** serão executados de acordo com o que consta no **ANEXO I — TERMO DE REFERÊNCIA**, do presente Edital.

**1.10.** Os **SERVIÇOS** ora licitados objetivam atender à solicitação da Câmara Municipal, devidamente autorizados pela autoridade competente, e serão contratados sob a forma de execução indireta e no regime de **"EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL"**, através do tipo de licitação **"MENOR PREÇO GLOBAL"**.

### 2. FONTE DE RECURSOS

**2.1.** Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes desta **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** provêm da receita própria da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande.

**2.1.1.** As despesas decorrentes da contratação destes serviços, objeto desta licitação, correrão por conta dos recursos da Câmara Municipal nos seguintes elementos: **4.4.90.51**.

### 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**3.1.** Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação:

**3.1.1.** Qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País que esteja devidamente credenciada nos termos da Seção II – Item 6 deste Edital, cujo objeto social seja compatível com o objeto da licitação e que atenda a todas as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**3.2.** É vedada a participação, em qualquer fase do certame, de interessados que se enquadrem em uma ou mais das seguintes situações:

**3.2.1.** Pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto, o projeto básico ou o projeto executivo vinculados ao objeto desta licitação.





**3.2.1.1.** Consideram-se equiparadas à autora do projeto as empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da elaboradora.

**3.2.2.** Empresa, individualmente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo relacionado ao objeto licitado, ou ainda empresa na qual o autor do projeto exerça cargo de dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital votante, ou que atue como responsável técnico ou subcontratado.

**3.2.3.** Pessoa jurídica que esteja impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, em decorrência de sanção administrativa que lhe tenha sido aplicada.

**3.2.3.1.** A vedação prevista neste item aplica-se também aos licitantes que atuem em substituição de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, com a finalidade de fraudar os efeitos da sanção imposta, inclusive às suas controladoras, controladas ou coligadas.

**3.2.3.2.** Pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que atue na condução do procedimento licitatório, na fiscalização ou na gestão contratual, bem como cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.

**3.2.4.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, conforme definidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si na presente licitação.

**3.2.5.** Pessoa jurídica que tenha sido condenada, com trânsito em julgado, nos cinco anos anteriores à data de publicação deste Edital, por práticas de exploração de trabalho infantil, condições análogas às de escravo ou contratação de adolescentes em situações proibidas pela legislação trabalhista.

**3.2.6.** Cooperativas de trabalho, conforme vedação estabelecida no art. 5º da Lei Federal nº 12.690/2012.

**3.2.7.** Empresas, pessoas físicas ou jurídicas conforme vedações e exceções a integra do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

**3.2.8.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

**3.2.9.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.2.9.1.** As vedações de que trata este item estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.3.** É vedado a qualquer licitante apresentar mais de uma proposta neste procedimento licitatório.

**3.4.** A participação na presente licitação implica aceitação plena, irretratável e irrevogável de todos os termos, condições e cláusulas estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, bem como o compromisso com a veracidade das informações e a autenticidade dos documentos apresentados em qualquer fase do certame, além da obrigatoriedade de observância das normas legais e regulamentares vigentes.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**4.1.** Fica assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte usufruírem, no que couber, as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, as quais obrigatoriamente terão que comprovar seu enquadramento no momento da habilitação.

**4.2.** A obtenção de benefícios a que se refere o item 4 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a



Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme § 2º Art. 4º da Lei Federal 14.133/2021.

**4.3.** Na hipótese de restrições fiscais ou trabalhistas, a ME ou EPP terá prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da Administração, contado a partir da declaração de vencedor, para regularização da documentação.

## **5. VISTORIA TÉCNICA**

**5.1.** Durante o prazo de elaboração de propostas, os **LICITANTES** poderão realizar vistoria técnica nas instalações da Câmara Municipal Fazenda Rio Grande. As visitas serão acompanhadas por servidores da Câmara.

**5.2.** A vistoria poderá ser agendada pelo telefone (41) 3627-1664 ou pelo e-mail [licitacoes@fazendariogrande.pr.leg.br](mailto:licitacoes@fazendariogrande.pr.leg.br)

**5.3.** O prazo de realização de vistoria se inicia no primeiro dia útil seguinte à data da publicação do Edital, estendendo-se até 03 (três) dias úteis anteriores à data prevista para a realização da Concorrência Eletrônica. As vistorias serão agendadas em dias úteis das 09h às 11h e das 13h30 às 16h.

**5.4.** Não será autorizada a vistoria sem o agendamento prévio pelo telefone e sem que sejam devidamente registradas informações, quanto ao nome da empresa, CNPJ, telefone, e-mail, endereço e o nome completo do representante do licitante;

**5.5.** Durante a vistoria, o LICITANTE obterá as informações necessárias para que possa dimensionar o custo da prestação dos serviços e formar sua proposta. Sendo assim, não será aceita alegação posterior da **LICITANTE** quanto à incapacidade de prestar os serviços ou mesmo inexecução contratual, por erros na formulação dos preços;

**5.6.** Realizada a vistoria, será emitida uma **DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA**, conforme modelo constante em anexo, assinado por ambas as partes.

**5.7.** A Declaração de Vistoria Técnica comprovou que a empresa tomou ciência de todas as informações necessárias para a execução do objeto em questão, e que vistoriou o ambiente tecnológico da **CONTRATANTE**.

**5.8.** A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo, neste caso, necessário apresentar declaração formal (Declaração de conhecimento das condições) assinada pelo Responsável, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, sob as penalidades da lei, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

**5.9.** A **DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA** ou documento que declare o conhecimento das condições para execução dos serviços, conforme a opção da **LICITANTE**, deverá ser anexada juntamente com as propostas e demais documentos exigidos no Edital.

## **6. CREDENCIAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**6.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **SICAF**, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Concorrência, em sua forma eletrônica.

**6.2.** O cadastro no **SICAF** deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**6.3.** O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da



licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**6.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**6.4.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS:**

**7.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação..

**7.1.1.** Os documentos anexos referente às propostas, quando solicitados, deverão ser apresentados em **documento com timbre do fornecedor**, datado e assinado por representante(s) legal(is) da empresa, contendo:

**a)** A razão social da empresa, o nº do CNPJ da licitante e o nome completo de seu(s) signatário(s) (referentes à empresa que disponibilizará os materiais/serviços, emitirá a fatura e por todo o contrato se responsabilizará, se vencedora, sendo a ela encaminhado o pagamento).

**7.1.2.** O valor máximo estimado admitido pela Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande para a execução dos **SERVIÇOS** previstos nesta licitação é de R\$ 2.861.462,01 (Dois milhões oitocentos e sessenta e um mil quatrocentos e sessenta e dois reais e um centavo).

**7.1.2.1.** A proposta apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas com mão de obra para a prestação dos serviços objeto desta **CONCORRÊNCIA**, tais como encargos sociais, fiscais, administrativos e trabalhistas, impostos, taxas, despesas com transporte, prêmios de seguro e de acidente de trabalho, estado do pessoal encarregado da execução dos serviços e quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, incidentes, excluindo a Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande de qualquer solidariedade.

**7.2.** Somente serão aceitos valores com, no máximo, duas casas após a vírgula, sendo que quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas serão considerados como inclusos, não sendo aceitos pleitos de acréscimo a esse ou a qualquer outro título, devendo as aquisições ser sem ônus adicionais

**7.3.** O BDI, que incidirá sobre o somatório dos custos totais de cada item de serviço, poderá ser apresentado à parte, com a proposta, sendo ali necessariamente detalhada sua composição.

**7.3.1.** O BDI Referencial utilizado para estabelecer o preço máximo deste certame é dado conforme o Apêndice do Anexo I – Termo de Referência.

**7.3.2.** A composição do BDI é de responsabilidade da empresa, portanto cada licitante poderá compor sua taxa de BDI com base na fórmula apresentada no Apêndice do Anexo I – Termo de Referência. Caso a licitante não apresente a composição do BDI, considerar-se-á que adotou o BDI Referencial constante nos Elementos Instrutores deste Edital

**7.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, declarar que:

**7.4.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**7.4.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da





Constituição;

**7.4.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**7.4.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.4.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**7.5.** O licitante deverá observar a data e o horário limite previsto para o recebimento das propostas, atentando também para a data e horário do início da Sessão Pública constantes do preâmbulo deste edital.

**7.6.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**7.7.** Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**7.8.** Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e **CONSIDERAR AS CONDIÇÕES E DESCRIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS**, descrevendo detalhadamente as características do objeto/serviço cotado.

**7.8.1.** Havendo divergência no descritivo constante no sistema com o constante no edital, **DEVERÁ SER CONSIDERADO O DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL.**

**7.9.** A validade da proposta será de no mínimo 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da data da sessão pública da Concorrência Eletrônica.

**7.10.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.11.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.12.** A falsidade da declaração de que trata o item 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**7.13.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e Anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**7.14.** Havendo contrariedade ao disposto neste Edital, será a proposta desclassificada. Na falta de algum dado descritivo ou referente a prazos e responsabilidades, ficará a proponente sujeita a todos os critérios dispostos neste Edital, como se em sua proposta consistia.

**7.15.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou apresentar preço manifestamente inexequível.

**7.15.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos



encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**7.15.2.** Propostas manifestamente inexequíveis são aquelas cujo valor global proposto, for inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do menor do valor orçado pela Câmara.

**7.16.** O Agente de Contratação ou qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**7.17.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## **8. DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO E DO JULGAMENTO**

**8.1.** A sessão da Concorrência Eletrônica terá início no horário previsto no Edital e no sistema eletrônico, destinado ao cadastramento e encaminhamento da proposta de preços. Após esse momento, serão divulgadas as propostas recebidas, e o Agente de Contratação dará início à disputa de lances.

**8.2.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

**8.3.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.3.1.** O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do item**.

**8.4.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**8.5.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**8.6.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.7.** Será utilizado o modo de disputa “**ABERTO e FECHADO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**8.7.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorreu o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**8.7.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**8.7.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**8.7.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**8.8.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



**8.9.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.10.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.11.** No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.12.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.13.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta

**8.14.** Após o início da sessão pública, não serão admitidas alterações, complementações ou esclarecimentos por parte dos licitantes quanto ao conteúdo das propostas. Eventuais esclarecimentos solicitados pelo Agente de Contratação serão registrados.

**8.15.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**8.15.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**8.15.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/2021;

**8.15.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**8.15.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**8.15.5.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**8.15.5.1.** Empresas brasileiras;

**8.15.5.2.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**8.15.5.3.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**8.16.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**8.16.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido

**8.16.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.16.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



**8.17.** O Agente de contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**8.17.1.** É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**8.18.** Serão desclassificadas propostas que apresentarem preços simbólicos, irrisórios, de valor zero, manifestamente inexequíveis ou com sobre preço, salvo se o licitante comprovar a viabilidade dos valores por meio de documentação que demonstre a compatibilidade com os preços de mercado e a exequibilidade técnica da proposta.

**8.19.** Também serão desclassificadas propostas com preços unitários relevantes ou preços totais superiores ao valor máximo desta Concorrência Eletrônica.

**8.20.** O Agente de Contratação poderá, a qualquer tempo, solicitar aos licitantes a composição detalhada dos preços unitários de serviços e/ou equipamentos, incluindo encargos sociais, bem como demais esclarecimentos necessários à análise da exequibilidade.

**8.21.** O licitante que tiver sua proposta desclassificada poderá interpor recurso, conforme as disposições do item 13 deste Edital.

**8.22.** O julgamento obedecerá ao critério **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme condições previstas neste Edital.

**8.23.** Após a análise das propostas, o Agente de Contratação anunciará a licitante detentora do melhor valor.

## **9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e ao edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao:

**9.1.1.** SICAF;

**9.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>; e

**9.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>

**9.1.4.** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

**9.1.5.** Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR <https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>

**9.1.6.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

**9.2.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o agente de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com a Seção II – Item 4 deste edital.

**9.3.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**9.3.1.** Contiver vícios insanáveis;



- 9.3.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.3.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.3.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.3.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.4.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou apresentar preço manifestamente inexequível.
- 9.4.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.5.** O Agente de contrato ou qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 9.6.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 9.7.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.8.** Havendo necessidade, o Agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 9.9.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o agente de contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**10.1.** Declaração de Vistoria Técnica ou declaração de conhecimento das condições para execução dos serviços conforme item 5 da respectiva Seção e anexo II deste edital.

### **10.2. SICAF.**

**10.2.1.** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

**10.2.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>

**10.2.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>

**10.2.4.** Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR <https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>

**10.2.5.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

**10.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao





responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**10.4.** Os documentos previstos no Edital e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021

**I.** Por meio do **SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios realizados pelos órgãos ou entidades que aderirem ao **SICAF**;

**10.5.** Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**10.6.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**10.7.** A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

**10.7.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**10.7.2.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

**10.7.3.** Em se tratando de Microempreendedor Individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)

**10.8.** A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

**10.8.1.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais ou ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

**10.8.1.1.** Fica vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, demonstrando os índices financeiros mínimos, conforme abaixo:

**I.** Índice de Liquidez Geral (ILG) deverá ser igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero) calculados pela fórmula abaixo:

$ILG = AC + RLP / PC + PNC$ , onde:

ILG — Índice de Liquidez Geral

AC — Ativo Circulante

PC — Passivo Circulante

RLP — Realizável a Longo Prazo

PNC — Passivo Não Circulante

**II.** Índice de Liquidez Corrente (ILC) deverá ser igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero) calculados pela fórmula abaixo:

$ILC = AC / PC$ , onde:

ILC — Índice de Liquidez Corrente

AC — Ativo Circulante

PC — Passivo Circulante



III. Grau de Endividamento (GE) deverá ser igual ou inferior a 0,5 (zero vírgula cinco) calculados pela fórmula abaixo:

Grau de Endividamento (GE):

$PC + \text{Exigível a Longo Prazo} = \text{igual ou inferior a } 0,5 \text{ (zero vírgula cinco)}$

Ativo Total

Sendo: AC = ativo circulante

PC = passivo circulante

**10.8.1.2.** O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis das Sociedades Anônimas ou por Ações deverá ser publicado em Diário Oficial, sendo que as de Capital aberto deverão, ainda, vir acompanhado de Parecer de Auditor(es) Independente(s), e demais empresas deverá ser o transcrito no “Livro Diário”, contendo identificação completa da empresa, de seu titular e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento.

**10.8.1.3.** Os termos devem estar registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos. As empresas que adotam a Escrituração Contábil Digital, enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverão apresentar as Demonstrações Contábeis, os Termos de Abertura e Encerramento e o Recibo de Entrega de Livro Digital emitidos pelo Sistema Validador do SPED.

**10.8.2.** Comprovante de possuir Capital Social de no mínimo 10% (dez por cento) do valor máximo de referência que é de 2.861.462,01 (Dois milhões oitocentos e sessenta e um mil quatrocentos e sessenta e dois reais e um centavo), de acordo com o art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

**10.8.3.** Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente a matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública desta Concorrência Eletrônica, se outro prazo não constar do documento.

**10.9.** A documentação relativa à **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** consistirá em:

**10.9.1.** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica — CNPJ;

**10.9.2.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**10.9.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

**10.9.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

**10.9.5.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

**10.9.6.** Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de serviço (FGTS);

**10.9.7.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

**10.9.7.1.** Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



**10.9.7.1.1.** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**10.10.** A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

**10.10.1.** Prova de registro ou inscrição da licitante, junto ao **CREA** ou **CAU**, da região a que estiver vinculado, que comprove o desempenho de atividade relacionada com o objeto desta licitação.

**10.10.1.1.** Empresas sediadas em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscritas no **CREA/CAU** de origem, **SE VENCEDOR**, deverá apresentar obrigatoriamente, quando da assinatura do contrato, visto junto ao **CREA/PR** ou **CAU/BR** em conformidade o que dispõe a Lei 5.194/66, consonância com a Resolução 1.121/2019 do CONFEA.

**10.10.2.** Atestado(s) de capacidade técnico-operacional da empresa proponente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado(s) junto à entidade profissional competente, comprovando que a empresa proponente já executou obra(s) com características semelhantes e compatíveis ao objeto ora licitado, demonstrando experiência técnica na execução de construções edificadas com no mínimo 200 m² (200 metros quadrados) de obra na área de atendimento ao público com salas para escritório, sendo considerados atestados de obras similares ao do objeto como edifícios comerciais, edificações públicas, sedes administrativas de indústrias e empresas

**10.10.3.** Comprovação da proponente de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado na entidade profissional competente, acompanhado da respectiva CAT (Certidão de Acervo Técnico), comprovando que já executou obra(s) de características semelhantes e compatíveis com o objeto desta licitação.

**10.10.3.1.** Serão considerados os acervos de obras similares ao do objeto como edifícios comerciais, edificações públicas, sedes administrativas de indústrias e empresas;

**10.10.3.2.** A licitante e os profissionais nomeados como responsáveis técnicos deverão comprovar atendimento ao item **10.10.3**, mediante um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, suficientes para comprovar tal aptidão, não sendo permitida a soma de atestados para comprovação do acervo;

**10.10.3.3.** O profissional Responsável Técnico deverá comprovar pertencer ao quadro permanente da licitante ou ser contratado como autônomo, mediante cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho, Certidão do CREA, Certidão do CAU, Contrato Social, Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT (Delegacia Regional do Trabalho);

**10.10.3.4.** Os documentos acima referidos deverão ter prazo de validade em curso na data de sua apresentação.

**10.10.4.** Declaração de que se vencedora:

**10.10.4.1.** Manterá, durante toda a execução da obra, no mínimo, um Profissional indicando que atuará como Responsável Técnico;

**10.10.4.2.** Dispõe de pessoal e equipamentos necessários à perfeita e completa execução do objeto desta licitação.

**10.10.5.** Apresentar relação explícita e declaração formal, sob penas da Lei, de que dispõe, em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega das propostas, equipe técnica contendo no mínimo: 1 (um) Engenheiro Responsável técnico; 1 (um) Engenheiro Preposto; 1 (um) Mestre de Obras.

**10.10.5.1.** O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o item **10.10.3.3** deverá participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande.



**10.10.5.2.** A comprovação de disponibilidade dos profissionais deverá ser realizada diretamente ao fiscal da obra, quando do início dos serviços.

**10.10.6.** A comprovação de vínculo dos profissionais indicados no item **10.10.3.3** será exigida somente quando da assinatura do contrato, conforme item 4.2 da Seção I deste Edital, e deverá ser feita por cópia da ficha ou do livro de registro de empregados, ou cópia autenticada da Carteira de Trabalho, ou contrato de prestação de serviços. Caso os profissionais em questão sejam proprietários da empresa, deverão fazer prova mediante apresentação de atos constitutivos (estatuto, contrato social ou documento equivalente).

**10.10.7.** No caso de atestado ou certidão fornecido por pessoa de direito privado, o mesmo deverá estar devidamente registrado junto ao CREA.

**10.10.8 APRESENTAR CAPACIDADE TÉCNICA COMPATÍVEL COM OS SEGUINTE SERVIÇOS:**

**10.10.8.1. Engenharia Civil e acompanhamento da obra**

**10.10.8.1.1.** A empresa deverá comprovar experiência anterior em:

- I. Execução de obras de reforma, ampliação ou construção;
- II. Gerenciamento e acompanhamento de obras;
- III. Coordenação de serviços multidisciplinares;
- IV. Compatibilização de projetos.

**10.10.8.1.2.** Responsável técnico:

- I. Engenheiro Civil, ou Arquiteto e Urbanista.

**10.10.8.1.3.** Normas aplicáveis:

- I. NR-18;
- II. ABNT NBR 15220 (desempenho térmico de edificações).

**10.10.8.2. Sondagem SPT**

**10.10.8.2.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Sondagem a percussão do solo – SPT;
- II. Investigação geotécnica;
- III. Emissão de laudos técnicos geotécnicos.

**10.10.8.2.2.** Responsável técnico:

- I. Engenheiro Civil ou Geólogo, com atribuição em geotecnia, devidamente registrado no CREA

**10.10.8.2.3.** Normas aplicáveis:

- I. ABNT NBR 6484;
- II. ABNT NBR 8036.

**10.10.8.3. Estruturas, fundações e reforço estrutural**

**10.10.8.3.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Estruturas de concreto armado;
- II. Fundações;
- III. Reforço estrutural;
- IV. Concretagem estrutural.



**10.10.8.3.2. Responsável técnico:**

- I. Engenheiro Civil com atribuição em estruturas.

**10.10.8.3.3. Normas aplicáveis:**

- I. ABNT NBR 6118;  
II. ABNT NBR 14931;  
III. ABNT NBR 12655;  
IV. ABNT NBR 6120.

**10.10.8.4. Alvenaria, reboco, contrapiso e drywall**

**10.10.8.4.1. A empresa deverá comprovar experiência em:**

- I. Execução de alvenaria;  
II. Revestimentos argamassados;  
III. Sistemas drywall;  
IV. Regularizações e contrapisos.

**10.10.8.4.2. Normas aplicáveis:**

- I. ABNT NBR 15758;  
II. ABNT NBR 13749.

**10.10.8.5. Impermeabilização**

**10.10.8.5.1. A empresa deverá comprovar experiência em:**

- I. Execução de sistemas impermeabilizantes;  
II. Impermeabilização de áreas molhadas e coberturas.

**10.10.8.5.2. Normas aplicáveis:**

- I. ABNT NBR 9575;  
II. ABNT NBR 9574.

**10.10.8.6. Instalações hidrossanitárias**

**10.10.8.6.1. A empresa deverá comprovar experiência em:**

- I. Instalações prediais de água fria;  
II. Esgoto sanitário;  
III. Drenagem e águas pluviais.

**10.10.8.6.2. Responsável técnico:**

- I. Profissional legalmente habilitado.

**10.10.8.6.3. Normas aplicáveis:**

- I. ABNT NBR 5626;  
II. ABNT NBR 8160;  
III. ABNT NBR 10844.

**10.10.8.7. Instalações elétricas, lógicas e infraestrutura**

**10.10.8.7.1. A empresa deverá comprovar experiência em:**





- I. Instalações elétricas prediais;
- II. Infraestrutura lógica;
- III. Cabeamento estruturado;
- IV. Sistemas complementares.

**10.10.8.7.2.** Responsável técnico:

- I. Engenheiro Eletricista.

**10.10.8.7.3.** Normas aplicáveis:

- I. ABNT NBR 5410;
- II. ABNT NBR 5419;
- III. NR-10.

**10.10.8.8. Climatização e ar-condicionado**

**10.10.8.8.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Infraestrutura frigorígena;
- II. Sistemas de climatização;
- III. Instalação de equipamentos de ar-condicionado.

**10.10.8.8.2.** Responsável técnico:

- I. Profissional legalmente habilitado.

**10.10.8.8.3.** Normas aplicáveis:

- I. ABNT NBR 16401.

**10.10.8.9. Esquadrias, vidros e serralheria**

**10.10.8.9.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Fabricação e instalação de esquadrias;
- II. Serralheria metálica;
- III. Instalação de vidros.

**10.10.8.9.2.** Normas aplicáveis:

- I. ABNT NBR 7199;
- II. ABNT NBR 10821.

**10.10.8.10. Marcenaria, marmoraria e decoração**

**10.10.8.10.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Fabricação e instalação de mobiliário sob medida;
- II. Instalação de bancadas e revestimentos especiais;
- III. Execução de acabamentos decorativos compatíveis com o objeto.

**10.10.8.11. Revestimentos, pintura e acabamentos**

**10.10.8.11.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Assentamento de revestimentos;
- II. Pintura predial;



**III. Acabamentos internos e externos.**

**10.10.8.11.2. Normas aplicáveis:**

- I.** ABNT NBR 13245;
- II.** ABNT NBR 13753;
- III.** ABNT NBR 13754;
- IV.** ABNT NBR 13755.

**10.10.8.12. Segurança do trabalho**

**10.10.8.12.1.** A contratada deverá comprovar atendimento às normas de segurança e medicina do trabalho, incluindo:

- I.** Fornecimento de EPIs e EPCs;
- II.** Sinalização;
- III.** Medidas preventivas;
- IV.** Treinamento das equipes.

**10.10.8.12.2. Normas aplicáveis:**

- I.** NR-06;
- II.** NR-10;
- III.** NR-18;
- IV.** NR-35.

**10.10.8.13. Acessibilidade**

**10.10.8.13.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I.** Execução de obras com requisitos de acessibilidade universal;
- II.** Adequação de rotas acessíveis, rampas, sanitários PCD e sinalização tátil;
- III.** Instalação de equipamentos de acessibilidade.

**10.10.8.13.2. Responsável técnico:**

- I.** Engenheiro Civil, ou Arquiteto e Urbanista com atribuição em acessibilidade.

**10.10.8.13.3. Normas aplicáveis:**

- I.** ABNT NBR 9050:2020;
- II.** Lei Federal nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão);
- III.** Decreto Federal nº 5.296/2004.

**10.10.8.14. Prevenção e Proteção Contra Incêndio — PPCI**

**10.10.8.14.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I.** Elaboração e execução de projetos de PPCI;
- II.** Instalação de sistemas de detecção e alarme de incêndio;
- III.** Instalação de sistemas de combate a incêndio (hidrantes, extintores);
- IV.** Sinalização de emergência e rotas de fuga.

**10.10.8.14.2. Responsável técnico:**

- I.** Profissional legalmente habilitado com ART/RRT específica para PPCI.

**10.10.8.14.3. Normas aplicáveis:**



- I. Decreto Estadual do Paraná nº 2.074/2014 e atualizações;
- II. ABNT NBR 9077 (saídas de emergência);
- III. ABNT NBR 9441 (detecção e alarme de incêndio);
- IV. ABNT NBR 13714 (sistemas de hidrantes);
- V. ABNT NBR 12693 (sistemas de extintores);
- VI. ABNT NBR 17240 (sistemas de alarme).

#### **10.10.8.15. Tratamento Acústico**

**10.10.8.15.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Execução de tratamento acústico em ambientes de uso coletivo;
- II. Controle de tempo de reverberação e isolamento acústico;
- III. Instalação de materiais absorventes e painéis acústicos.

**10.10.8.15.2.** Responsável técnico:

- I. Profissional legalmente habilitado com atribuição em acústica.

**10.10.8.15.3.** Normas aplicáveis:

- I. ABNT NBR 12179 (tratamento acústico em recintos fechados);
- II. ABNT NBR 10152 (níveis de ruído para conforto acústico).

#### **10.10.8.16. Sistemas de Áudio e Vídeo**

**10.10.8.16.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Instalação de sistemas de sonorização profissional;
- II. Instalação de sistemas de videoconferência e transmissão;
- III. Cabeamento e infraestrutura para AV integrado.

**10.10.8.16.2.** Responsável técnico:

- I. Profissional legalmente habilitado com ART/RRT específica.

#### **10.10.9 EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES:**

**10.1.1.1.** A licitante deverá declarar pleno conhecimento das condições da edificação, acessos, interferências, limitações executivas e condições locais da obra, não podendo alegar posteriormente desconhecimento para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, paralisação ou alteração contratual;

**10.1.1.2.** A Administração poderá realizar visita técnica facultativa ou obrigatória, conforme definido no edital, devendo a licitante declarar ciência das condições reais da edificação e dos serviços a serem executados;

**10.1.1.3.** A contratada deverá analisar previamente todos os projetos, memoriais, planilhas e documentos técnicos, comunicando formalmente à fiscalização quaisquer incompatibilidades, divergências ou omissões identificadas antes da execução dos serviços;

**10.1.1.4.** A execução de serviços sem comunicação prévia das incompatibilidades ou divergências identificadas implicará responsabilidade integral da contratada pelos retrabalhos, correções e adequações necessárias;

**10.1.1.5.** Os materiais empregados deverão atender às especificações técnicas dos projetos, memorial descritivo, normas da ABNT e recomendações dos fabricantes, não sendo admitidos materiais de qualidade inferior sem aprovação formal da fiscalização;



**10.1.1.6.** A fiscalização poderá exigir certificados, laudos, fichas técnicas, catálogos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados na obra;

**10.1.1.7.** A contratada será integralmente responsável por danos causados à edificação existente, instalações, equipamentos, mobiliários ou terceiros durante a execução dos serviços, devendo promover imediata reparação às suas expensas;

**10.1.1.8.** A contratada deverá manter o local permanentemente limpo, organizado e sinalizado durante toda a execução da obra, promovendo remoção periódica de entulhos e resíduos;

**10.1.1.9.** A contratada deverá adotar medidas de proteção das áreas existentes, equipamentos, mobiliários e elementos não contemplados na intervenção;

**10.1.1.10.** A contratada deverá empregar mão de obra qualificada e compatível com a complexidade dos serviços executados, responsabilizando-se integralmente pela qualidade técnica da execução;

**10.1.1.11.** Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com:

- I.** Projetos executivos;
- II.** Memorial descritivo;
- III.** Normas da ABNT;
- IV.** Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- V.** Legislações municipais aplicáveis;
- VI.** Exigências das concessionárias e órgãos competentes;
- VII.** Recomendações técnicas dos fabricantes.

**10.1.2.** A contratada deverá elaborar e apresentar à fiscalização, previamente ao início das obras, o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil — PGRCC, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), contemplando classificação, acondicionamento, transporte e destinação final dos resíduos gerados.

**10.1.3.** Os documentos técnicos reforçam a necessidade de conferência in loco, compatibilização entre projetos e observância das normas técnicas aplicáveis.

**10.1.4.** A Administração poderá realizar diligências para validação dos documentos apresentados, inclusive junto aos órgãos emitentes e contratantes anteriores, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**10.1.5.** Não serão aceitos atestados técnicos relativos à subcontratação de serviços.

**10.2.** Documentação Comprobatória de **HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL E TRABALHISTA** das **SUBCONTRATADAS**:

**10.2.1.** Relação de subcontratadas para apreciação e aprovação.

**10.2.2.** Deverá ser apresentado os documentos constantes nos itens 10.2 e subitens para as subcontratadas;

**10.2.3.** Para cada subcontratada os documentos constantes nos itens 10.7 e 10.9 e seus respectivos subitens deverão ser apresentados, em conjunto com os documentos da proponente.

**10.2.4.** Declaração caso a subcontratada queira usufruir dos benefícios para microempresas ou empresas de pequeno porte, previstas na Lei Complementar nº 123/06 e Lei Complementar nº 147/14, emitida por seu representante legal, de que é microempresa, empresa de pequeno porte, pessoa física ou empresário individual qualificados como tais, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

**10.3.** Os documentos de habilitação deverão estar em nome do licitante, e com o mesmo número de CNPJ, portanto, não se aceitará que alguns documentos se refiram à matriz e outros a filial, salvo documentos que englobam matriz/filial.

**10.4.** Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.



**10.5.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**10.6.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

**10.7.** A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no **SICAF**, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

**10.7.1.** O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 abril de 2018, **SERVIRÁ PARA ANÁLISE E COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO** aos documentos indicados nos subitens acima **10.7 – Habilitação Jurídica, 10.8 – Qualificação econômico-financeira, 10.9 – Habilitação fiscal, social e trabalhista e 10.10 – Qualificação técnica**, porém os documentos exigidos que não estejam contemplados ou constarem com prazo de validade vencido no **SICAF**, deverão ser enviados na forma constante no item 11 deste edital, para inclusão no processo.

**10.7.2.** Na hipótese dos documentos se encontrem vencidos no referido sistema (SICAF), o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

**10.7.3.** Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF;

**10.7.4.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**10.8.** Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo Agente de Contratação e sua equipe de apoio, quando houver, quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

**10.9.** No julgamento da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**10.10.** O não atendimento das exigências constantes do item 10 deste Edital implicará na inabilitação do licitante.

**10.11.** O Agente de Contratação poderá solicitar pareceres técnicos, quanto à qualificação técnica, jurídica e econômico-financeira, necessários ao pleno julgamento dos documentos de habilitação.

**10.12.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **11. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA E ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**11.1.** Encerrada a etapa de julgamento, o agente de contratação convocará o licitante detentor da melhor oferta, para que este, anexe no sistema **COMPASNET**, a **PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA**, em conformidade com o último lance ofertado, sob pena de inabilitação e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**. Para tanto, o pregoeiro fará uso da ferramenta **“CONVOCAR ANEXO”**, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link **“ANEXAR”** disponível apenas para o licitante/vencedor.

**11.1.1.** O licitante, quando necessário, será convocado para o envio de documentos de habilitação constantes no item 10 deste Edital, em formato digital, via sistema, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**.





**11.1.2.** O licitante deverá anexar a documentação em **arquivo único (compactado ex: zip ou pdf)** no sistema **COMPASNET**.

**11.2.** O envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, sendo o licitante convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de inabilitação.

**11.3.** O licitante deverá anexar a Proposta de Preços Ajustada, num prazo de até **48 (quarenta e oito) horas**, contados da convocação, o não envio injustificado acarretará em inabilitação.

**11.4.** Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: [licitacoes@fazendariogrande.pr.leg.br](mailto:licitacoes@fazendariogrande.pr.leg.br). Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Fazenda Rio Grande quanto do emissor.

**11.4.1.** A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da proposta de preço ajustada e, quando solicitados, os documentos complementares faltantes, sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta.

**11.4.1.1.** Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, dentro do prazo estipulado, via chat ou e-mail, a prorrogação do mesmo.

**11.4.2.** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.**

**11.4.3.** Se a proposta não for aceitável ou se a **LICITANTE** deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro **DECLASSIFICARÁ** e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

**11.5.** A proposta deverá conter:

**11.5.1.** Proposta de preços, conforme modelo constante do Anexo III do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;

**11.5.2.** Preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

**11.5.3.** Indicação/especificação do equipamento/produto/serviço e marca (quando houver);

**11.5.4.** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**11.5.5.** Prazo de validade da proposta não inferior a 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame.

**11.5.6.** O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas decimais (0,00).

**11.5.7.** À proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos sob pena de desclassificação.

**11.5.8.** O Agente de contratação reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.



**11.5.9.** A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos informados no edital e em coerência aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

## **12. DO ENCAMINHADO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL**

**12.1.** A documentação constante no **item 10**, caso solicitada, deverão ser encaminhadas em original ou cópias autenticadas, juntamente com a proposta final também original, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico, no seguinte endereço: **Rua Farid Stephens, 179 — Pioneiros — Fazenda Rio Grande - PR, CEP 83.833-008**. Aos cuidados do Departamento de Compras, Licitações e Contratos e ao Agente de Contratação responsável: Josmar César de Brito. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano da Concorrência Eletrônica.

**12.1.1.** Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em melhor lugar, o Agente de Contratação o declarará vencedor.

## **13. DO RECURSO, IMPUGNAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**13.1.** Declarado o vencedor, a interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação.

**13.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**13.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**13.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**13.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**13.4.** Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**13.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**13.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**13.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.10.** Os autos do processo permanecerão com vista aos interessados no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande.

**13.11.** Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em



relação a presente **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 03 (três) dias úteis, a contar data fixada para a abertura da sessão pública do certame.

**13.11.1.** As impugnações ao Edital, quando presenciais, deverão ser dirigidas ao agente de contratação e protocolizadas em dias úteis, das 09h às 17h, na Rua Farid Stephens, nº 179, Pioneiros, Fazenda Rio Grande, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: [licitacoes@fazendariogrande.pr.leg.br](mailto:licitacoes@fazendariogrande.pr.leg.br)

**13.11.2.** Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil à data de abertura do certame.

**13.11.3.** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas será designada nova data para a realização desta **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**.

**13.11.4.** A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

**13.12.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail [licitacoes@fazendariogrande.pr.leg.br](mailto:licitacoes@fazendariogrande.pr.leg.br)

**13.12.1.** O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

**13.13.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.13.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.13.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**13.14.** A Câmara poderá adiar ou revogar a presente Concorrência Eletrônica por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente o suficiente para justificar tal conduta. Deverá anular por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, ficando.

**13.15.** Não havendo recurso, o Agente de Contratação encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicação e homologação do objeto ao licitante vencedor.

## **14. DA CONTRATAÇÃO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE:**

**14.1.** Após a homologação do certame e publicação do resultado no [Portal da Transparência](#) da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande e no Diário Oficial do Município, é dever da licitante vencedora, em até 05 (cinco) dias úteis, assinar o contrato.

**14.2.** A licitante vencedora prestará a título de Garantia de Execução Contratual no valor correspondente à 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

**14.2.1.** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizada pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**14.2.2.** Seguro garantia;



**14.2.3.** Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**14.3.** A garantia prestada na modalidade de seguro garantia deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

**14.3.1.** Certidão de Regularidade Operacional junto à SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), em nome da seguradora que emitir a apólice;

**14.3.2.** Certidão de Regularidade Operacional junto ao IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), em nome da seguradora que emitir a apólice;

**14.3.3.** A garantia prestada em carta fiança emitida por Cooperativa de Crédito deverá vir acompanhada da Autorização de Funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil;

**14.3.4.** A garantia prestada em títulos da dívida pública deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, da seguinte comprovação:

**14.3.4.1.** Origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento através de registro no balanço patrimonial da licitante;

**14.4.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente através do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM).

**14.5.** Quando a proposta vencedora apresentar valor inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deverá ser prestada garantia adicional, nos termos do art. 59, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**14.6.** A garantia adicional corresponderá à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta vencedora.

**14.7.** A garantia adicional deverá ser prestada nos moldes da garantia de execução contratual.

**14.8.** Ao Contratante cabe o direito de descontar do valor da garantia as parcelas de obras inadimplidas pela Contratada, conforme as cláusulas do contrato.

**14.9.** O prazo para assinar o contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande.

**14.10.** As justificativas serão aceitas através do endereço eletrônico [licitacoes@fazendariogrande.pr.leg.br](mailto:licitacoes@fazendariogrande.pr.leg.br) ou através de protocolo realizado na Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande.

**14.11.** Caso a assinatura do contrato seja realizada por representante, a mesma, estará condicionada a apresentação do documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

**14.11.1.** No caso de instrumento particular, deverá ser comprovada a capacidade do signatário para nomear procurador, mediante apresentação de cópia do estatuto social ou contrato social em vigor e, quando se tratar de sociedade anônima, da ata de nomeação do signatário.

**14.12.** Por ocasião da celebração do contrato, será verificado junto ao **SICAF** a regularidade fiscal do fornecedor como condição para celebração do ajuste, devendo manter as mesmas condições de habilitação quando da execução do contrato.

**14.13.** Caso a licitante vencedora não assine o contrato no prazo estabelecido, poderá a Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora.



**14.14.** Os pagamentos pelos serviços executados, objeto desta **CONCORRÊNCIA**, serão efetuados por faturas mensais, diretamente para a **CONTRATADA**, após medição e liberação por parte da fiscalização, e aceite da Nota Fiscal referente a cada fatura, discriminando os serviços prestados, sendo que o valor medido dos serviços executados deverá ser igual ao valor previsto para cada etapa do Cronograma Físico-Financeiro da obra, de acordo com o anexo do Termo de Referência.

**14.15.** Como condição para liberação de todas as parcelas, será verificado a regularidade conforme descrita no item 14.9.

**14.15.1.** A cada pagamento deverá ser consultada junto ao **SICAF** as certidões de regularidade com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o FGTS, as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**14.15.1.1.** Caso as certidões não estejam válidas ou não constem no **SICAF**, as mesmas deverão ser enviadas junto à Nota Fiscal.

**14.16.** No caso de serviços executados por subcontratadas, deverá ser apresentado o contrato celebrado entre as partes (**CONTRATADA E SUBCONTRATADA**) bem como as certidões constantes no item 14.12.1 em conjunto com as da contratada.

**14.17.** Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, devidamente corrigida.

**14.18.** Os pagamentos serão efetuados no prazo de 20 (vinte) dias contados da apresentação das faturas corretas e da autorização do responsável pela fiscalização do mesmo pela administração.

**14.19.** Caso o contratante venha a efetuar algum pagamento após o vencimento contratual, por sua exclusiva responsabilidade e sem justificativa aceita, o valor em atraso será acrescido de encargos financeiros calculados com base no IGPM - FGV (Índice Geral de Preços no Mercado), a partir do prazo estipulado para o pagamento, devendo ser este o índice utilizado para qualquer situação corrente, relativa ao presente instrumento, e na sua falta, aquele que vier a substituí-lo.

**14.20.** A comprovada infringência de disposição contratual implicará na retenção de pagamento, até final solução, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

**14.21.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de valor ou a compensação financeira.

**14.22.** A Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos desta **CONCORRÊNCIA**.

**14.23.** Para efeito da emissão da Nota Fiscal, o número de inscrição no CNPJ da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande é 00.442.239/0001-11 e o endereço é Rua Farid Stephens, nº 179, Pioneiros, Fazenda Rio Grande, Paraná.

**14.24.** Em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e o Decreto Municipal nº 6901/2023 as empresas ficam obrigadas a informar as retenções de IR pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

**14.24.1.** A empresa a qual for isenta deverá apresentar declaração conforme anexo II e III da Instrução Normativa RFB nº 1234/2012.

**14.25.** A Câmara Municipal informa que não possui convênio, sendo assim não se aplica o disposto no art. 33 da Lei Federal nº 10833/2003.

**14.26.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da consolidação do orçamento estimado.





**14.26.1.** Em hipótese de reajuste, após um ano da consolidação do orçamento estimado, o critério de reajuste será a variação do INCC DI/FGV-índice Nacional da Construção Civil, ou por outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

## **15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1.** Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, no cumprimento do objeto do Contrato, e sem prejuízo de suas responsabilidades contratuais e legais, a contratada poderá subcontratar serviços especializados.

**15.1.1.** A contratada assumirá inteira responsabilidade pela execução dos serviços subempreitados, em conformidade com a legislação vigente de Segurança e Saúde do Trabalho, em particular as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

**15.1.2.** As subcontratações de serviços serão admitidas, desde que fundamentadas, previamente requeridas e aprovadas pela fiscalização.

**15.1.3.** Caberá ao subcontratante o acompanhamento e fiscalização das subcontratadas, em especial, para que as mesmas mantenham vigentes as condições de regularidade jurídica, fiscal e técnica.

**15.1.4.** A contratada incluirá em todos os contratos que vier a celebrar com os subcontratados, dispositivo que permita ao contratante exercer amplo acompanhamento e fiscalização de execução do objeto contratado, nos termos estabelecidos.

**15.1.5.** A subcontratada ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o contratante responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da subcontratada, quer por danos a terceiros, resultantes de sua ação, omissão ou negligência.

**15.1.6.** A contratada e a(s) subcontratada(s) deverão fornecer garantias dos produtos e serviços fornecidos.

## **16. DO RECEBIMENTO:**

**16.1.** A Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande emitirá ordem de serviço, que contemplará todas as informações necessárias para a execução do serviço.

**16.2.** A Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande convocará a contratada para reunião, a ser realizada em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, para a definição do início dos serviços.

## **17. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**17.1.** A gestão do contrato ficará a cargo do servidor Diego Fernando Laska, conforme Ato de Mesa Nº 09/2026 ou de outro servidor que venha a substituí-lo.

**17.2.** A fiscalização do contrato ficará a cargo do servidor André Luis Pereira Alves Carneiro, conforme Ato de Mesa Nº 09/2026 ou de outro servidor que venha a substituí-lo.

**17.3.** A fiscalização técnica do contrato ficará a cargo do Engenheiro Edilson da Cruz Souza, conforme Processo 18/2025 / Contrato nº 01/2026 ou de outro responsável habilitado que venha a substituí-lo

## **18. DAS SANÇÕES:**

**18.1.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

- I.** Advertência;
- II.** Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e



o estabelecido no edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

**III.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

**IV.** Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Fazenda Rio Grande, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**V.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o **CONTRATADO** ressarcir a Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta Cláusula.

**18.1.1.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 14.133/21 inclusive, responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

**18.1.2.** O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente na Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

**18.1.3.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**18.1.4.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa.

**18.2.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratante, sem justificativa, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

**18.2.1.** Prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

**18.2.2.** Cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

**18.2.3.** Critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

**18.2.4.** Compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

**18.3.** Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Fazenda Rio Grande, podendo ser descredenciado do SICAF, ficando impedido de participar de licitações públicas pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e demais cominações legais.

**18.3.1.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e constarão dos registros próprios de controle municipal.

## **19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**



**19.1.** As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta dos recursos da Câmara Municipal nos seguintes elementos: **4.4.90.51**

## **20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Câmara Municipal, a finalidade e a segurança da contratação.

**20.2.** A apresentação da proposta pela licitante implica aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

**20.3.** O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município através do endereço eletrônico [www.fazendariogrande.pr.gov.br/transparencia/geral/diario-oficial-online](http://www.fazendariogrande.pr.gov.br/transparencia/geral/diario-oficial-online) e no site oficial da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande [www.fazendariogrande.pr.leg.br](http://www.fazendariogrande.pr.leg.br)

**20.4.** Servidores Municipais estão impedidos de participar deste certame licitatório, por determinação do artigo 9º, § 1º, da Lei nº. 14.133/21.

**20.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

**20.6.** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação.

**20.7.** O Agente de Contratação poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

**20.8.** As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

**20.9.** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

**20.10.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

**20.11.** O resultado da licitação será divulgado pelo Portal **COMPASNET** através do site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e estará disponível junto a Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande.

**20.12.** No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização da Concorrência Eletrônica, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**20.13.** É obrigação do proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

**20.14.** A proponente deverá indicar ao Agente de Contratação todos os meios de contato (**telefone/endereço eletrônico (e-mail)**), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados,



os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimento dos documentos.

**20.15.** O Agente de Contratação não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Fazenda Rio Grande quanto do emissor.

**20.16.** Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

**20.17.** Caso o sistema eletrônico desconectar para o Agente de Contratação no decorrer de qualquer etapa da sessão pública, persistindo a desconexão por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

**20.18. CASO A SESSÃO DA LICITAÇÃO ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SERÁ SUSPENSÃO E RETORNA NO HORÁRIO INFORMADO PELO AGENTE DE CONTRATAÇÃO VIA CHAT.**

**20.19.** Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema Comprasnet que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.

**20.20.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**20.21.** Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Fazenda Rio Grande - PR.

**20.22.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação.

**20.23.** O processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados na Câmara Municipal onde qualquer informação poderá ser solicitada no horário das 09h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, quando dias úteis na Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande.

**20.24.** Fazem parte integrante deste Edital:

- **Anexo I:** Termo de referência;
- **Apêndice Anexo I:** Estudo Técnico Preliminar;
- **Anexo II:** Declaração de vistoria técnica;
- **Anexo III:** Modelo de Proposta de Preços;
- **Anexo IV:** Minuta do Contrato;
- **Anexo V:** Termo de recebimento provisório;
- **Anexo VI:** Termo de recebimento definitivo;
- **Anexo VII:** Projetos e demais documentos técnicos.

**20.25.** O Presente procedimento reger-se-á pelo disposto nas Lei Federal nº 14.133/21 e Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014 e Resolução 25/2023, bem como as normas de Direito Público, sendo os casos omissos resolvidos pelo Agente de Contratação em observância das normas supra.

Fazenda Rio Grande, 23 de junho de 2026.

  
**Fernando Diomar do Amaral**  
**Agente de Contratação**



## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### **Contratação de empresa especializada para execução da reforma do Plenário da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande/PR.**

#### **1. OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto do presente termo de referência a contratação de empresa especializada para a **execução da reforma do Plenário da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande/PR**, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transportes, administração da obra e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo serviços técnicos/profissionais correlatos, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes da contratação.

**1.2.** A intervenção será executada no imóvel situado na Rua Farid Stephens, 179, Bairro Pioneiros, Fazenda Rio Grande/PR.

**1.3.** A caracterização física de referência da intervenção é a seguinte:

- Área do lote: **1.786,20 m²**;
- Área construída existente: **1.935,76 m²**;
- Área a ampliar: **23,14 m²**;
- Área a reformar: **405,84 m²**;
- Área construída total: **1.958,90 m²**.

#### **2. DA NATUREZA DO OBJETO**

**2.1.** O objeto desta contratação é caracterizado como obra de engenharia comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**2.2.** O prazo de vigência da contratação, compreendendo obra de reforma e ampliação com prazo de execução de 36 semanas (equivalentes a 9 meses), sem previsão de renovação ou prorrogação de escopo, contados da data de divulgação no PNCP, na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.3.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A presente contratação justifica-se pela necessidade de requalificação do plenário e de seus ambientes de apoio, com adequações arquitetônicas, construtivas, funcionais e técnicas, visando melhores condições de uso, acessibilidade, segurança, desempenho e atendimento ao público, vereadores e servidores.

**3.2.** O memorial descritivo registra que a intervenção compreende a reformulação do plenário e de ambientes internos e externos diretamente relacionados, devendo servir de referência para planejamento, contratação, suprimentos, fiscalização e execução dos serviços.

**3.3.** Integram a solução contratada os serviços técnicos/profissionais indispensáveis à adequada execução do empreendimento, compreendendo:

- **Acompanhamento de obra**, no valor de **R\$ 216.000,00**;
- **Ensaio de sondagem a percussão do solo – SPT**, no valor de **R\$ 4.000,00**; totalizando **R\$ 220.000,00** no item “Serviços Técnicos - Profissionais”.

**3.3.1.** O projeto estrutural registra que o ensaio SPT é imprescindível antes da execução das fundações, com eventual recálculo e redimensionamento das mesmas com base nos resultados obtidos.





#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**4.1.** A solução consiste na contratação de empresa apta a executar, de forma integrada, a reforma completa do plenário, contemplando serviços preliminares, proteções, remoções e demolições, reforço estrutural, cobertura, alvenaria, reboco, contrapiso, impermeabilização, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas e lógicas, infraestrutura de climatização, esquadrias, gesso, revestimentos, pintura, serviços finais, aluguéis de equipamentos, marcenaria, marmoraria, decoração e serviços técnicos/profissionais correlatos.

**4.2.** O memorial descritivo contempla, entre outros, os seguintes ambientes:

- Recepção;
- Sanitário PCD;
- Lavabos;
- D.M.L.;
- Depósito/almojarifado;
- Plenário;
- Corredores;
- Sala de reunião;
- Copa/refeitório;
- Vestiários e banheiros;
- Sala de áudio e vídeo;
- Áreas externas correlatas.

#### **5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

**5.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, em regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

##### **Forma de fornecimento**

**5.2.** O fornecimento dos serviços previstos no objeto será por empreitada por preço global.

#### **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**6.1.** A contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

**6.1.1.** Possuir aptidão técnica compatível com a execução de obra/reforma de edificação pública com serviços complementares de engenharia;

**6.1.2.** Manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução;

**6.1.3.** Fornecer materiais novos e compatíveis com os projetos e especificações;

**6.1.4.** Conferir previamente todas as medidas, níveis, interferências e condições reais da edificação, por se tratar de reforma;

**6.1.5.** Executar os serviços em estrita conformidade com os projetos, memorial descritivo e planilha;

**6.1.6.** Submeter previamente à fiscalização quaisquer divergências identificadas em campo;

**6.1.7.** Cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho e demais exigências legais;

**6.1.8.** Realizar testes, verificações, ajustes e correções necessários à entrega do objeto em perfeitas condições de uso;

**6.1.9.** Possuir capacidade técnica operacional e profissional compatível com os serviços previstos neste Termo de Referência, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, ART/RRT, atestados de



capacidade técnica e demais documentos comprobatórios emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

**6.1.10.** Manter responsáveis técnicos legalmente habilitados para os serviços especializados executados, com registro ativo junto ao CREA e/ou CAU;

**6.1.11.** Garantir que todos os serviços especializados, inclusive os eventualmente subcontratados, possuam comprovação de experiência anterior compatível com a atividade executada;

**6.1.12.** Garantir que as empresas subcontratadas, quando permitidas, apresentem:

- Responsável técnico habilitado;
- ART/RRT específica;
- Acervo técnico compatível;
- Comprovação de experiência anterior na atividade executada;

## **7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Declaração de Vistoria Técnica ou declaração de conhecimento das condições para execução dos serviços.

### **7.2. SICAF.**

**7.2.1.** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

**7.2.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>

**7.2.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>

**7.2.4.** Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR <https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>

**7.2.5.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

**7.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**7.4.** Os documentos previstos no Edital e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

**I.** Por meio do **SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios realizados pelos órgãos ou entidades que aderirem ao **SICAF**;

**7.5.** Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.6.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



**7.7.** A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

**7.7.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**7.7.2.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

**7.7.3.** Em se tratando de Microempreendedor Individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)

**7.8.** A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

**7.8.1.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais ou ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

**7.8.1.1.** Fica vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, demonstrando os índices financeiros mínimos, conforme abaixo:

**I.** Índice de Liquidez Geral (ILG) deverá ser igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero) calculados pela fórmula abaixo:

$ILG = AC + RLP / PC + PNC$ , onde:

ILG — Índice de Liquidez Geral

AC — Ativo Circulante

PC — Passivo Circulante

RLP — Realizável a Longo Prazo

PNC — Passivo Não Circulante

**II.** Índice de Liquidez Corrente (ILC) deverá ser igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero) calculados pela fórmula abaixo:

$ILC = AC / PC$ , onde:

ILC — Índice de Liquidez Corrente

AC — Ativo Circulante

PC — Passivo Circulante

**III.** Grau de Endividamento (GE) deverá ser igual ou inferior a 0,5 (zero vírgula cinco) calculados pela fórmula abaixo:

Grau de Endividamento (GE):

$PC + \text{Exigível a Longo Prazo} = \text{igual ou inferior a } 0,5 \text{ (zero vírgula cinco)}$

Ativo Total

Sendo: AC = ativo circulante

PC = passivo circulante

**7.8.1.2.** O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis das Sociedades Anônimas ou por Ações deverá ser publicado em Diário Oficial, sendo que as de Capital aberto deverão, ainda, vir acompanhado de Parecer de Auditor(es) Independente(s), e demais empresas deverá ser o transcrito no “Livro Diário”, contendo identificação completa da empresa, de seu titular e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento.

**7.8.1.3.** Os termos devem estar registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos. As empresas que adotam a Escrituração Contábil Digital, enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverão apresentar as Demonstrações Contábeis, os Termos de Abertura e Encerramento e o Recibo



de Entrega de Livro Digital emitidos pelo Sistema Validador do SPED.

**7.8.2.** Comprovante de possuir Capital Social de no mínimo 10% (dez por cento) do valor máximo de referência que é de R\$ 2.861.462,01 (dois milhões, oitocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e um centavo), de acordo com o art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

**7.8.3.** Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente a matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública desta Concorrência Eletrônica, se outro prazo não constar do documento.

**7.9.** A documentação relativa à **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** consistirá em:

**7.9.1.** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

**7.9.2.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**7.9.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

**7.9.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

**7.9.5.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

**7.9.6.** Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de serviço (FGTS);

**7.9.7.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

**7.9.7.1.** Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**7.9.7.1.1.** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**7.10.** A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

**7.10.1.** Prova de registro ou inscrição da licitante, junto ao **CREA** ou **CAU**, da região a que estiver vinculado, que comprove o desempenho de atividade relacionada com o objeto desta licitação.

**7.10.1.1.** Empresas sediadas em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscritas no **CREA/CAU** de origem, **SE VENCEDOR**, deverá apresentar obrigatoriamente, quando da assinatura do contrato, visto junto ao **CREA/PR** ou **CAU/BR** em conformidade o que dispõe a Lei 5.194/66, consonância com a Resolução 1.121/2019 do CONFEA.

**7.10.2.** Atestado(s) de capacidade técnico-operacional da empresa proponente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado(s) junto à entidade profissional competente, comprovando que a empresa proponente já executou obra(s) com características semelhantes e compatíveis ao objeto ora licitado, demonstrando experiência técnica na execução de construções edificadas com no



mínimo 200 m<sup>2</sup> (200 metros quadrados) de obra na área de atendimento ao público com salas para escritório, sendo considerados atestados de obras similares ao do objeto como edifícios comerciais, edificações públicas, sedes administrativas de indústrias e empresas.

**7.10.3.** Comprovação da proponente de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado na entidade profissional competente, acompanhado da respectiva CAT (Certidão de Acervo Técnico), comprovando que já executou obra(s) de características semelhantes e compatíveis com o objeto desta licitação.

**7.10.3.1.** Serão considerados os acervos de obras similares ao do objeto como edifícios comerciais, edificações públicas, sedes administrativas de indústrias e empresas;

**7.10.3.2.** A licitante e os profissionais nomeados como responsáveis técnicos deverão comprovar atendimento, mediante um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, suficientes para comprovar tal aptidão, não sendo permitida a soma de atestados para comprovação do acervo;

**7.10.3.3.** O profissional Responsável Técnico deverá comprovar pertencer ao quadro permanente da licitante ou ser contratado como autônomo, mediante cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho, Certidão do CREA, Certidão do CAU, Contrato Social, Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT (Delegacia Regional do Trabalho);

**7.10.3.4.** Os documentos acima referidos deverão ter prazo de validade em curso na data de sua apresentação.

## **7.11. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA**

**7.11.1.** A comprovação de capacidade técnica dar-se-á mediante apresentação de:

- I. Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA ou CAU;
- II. Atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados;
- III. ART/RRT dos responsáveis técnicos de cada disciplina;
- IV. Comprovação de registro ativo no CREA e/ou CAU dos profissionais indicados.

## **7.12. APRESENTAR CAPACIDADE TÉCNICA COMPATÍVEL COM OS SEGUINTE SERVIÇOS:**

### **7.12.1. Engenharia Civil e acompanhamento da obra**

**7.12.1.1.** A empresa deverá comprovar experiência anterior em:

- I. Execução de obras de reforma, ampliação ou construção;
- II. Gerenciamento e acompanhamento de obras;
- III. Coordenação de serviços multidisciplinares;
- IV. Compatibilização de projetos.

**7.12.1.2.** Responsável técnico:

- I. Engenheiro Civil, ou Arquiteto e Urbanista.

**7.12.1.3.** Normas aplicáveis:

- I. NR-18;
- II. ABNT NBR 15220 (desempenho térmico de edificações).

### **7.12.2. Sondagem SPT**





**7.12.2.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Sondagem a percussão do solo – SPT;
- II. Investigação geotécnica;
- III. Emissão de laudos técnicos geotécnicos.

**7.12.2.2.** Responsável técnico:

- I. Engenheiro Civil ou Geólogo, com atribuição em geotecnia, devidamente registrado no CREA

**7.12.2.3.** Normas aplicáveis:

- I. ABNT NBR 6484;
- II. ABNT NBR 8036.

### **7.12.3. Estruturas, fundações e reforço estrutural**

**7.12.3.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Estruturas de concreto armado;
- II. Fundações;
- III. Reforço estrutural;
- IV. Concretagem estrutural.

**7.12.3.2.** Responsável técnico:

- II. Engenheiro Civil com atribuição em estruturas.

**7.12.3.3.** Normas aplicáveis:

- I. ABNT NBR 6118;
- II. ABNT NBR 14931;
- III. ABNT NBR 12655;
- IV. ABNT NBR 6120.

### **7.12.4. Alvenaria, reboco, contrapiso e drywall**

**7.12.4.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Execução de alvenaria;
- II. Revestimentos argamassados;
- III. Sistemas drywall;
- IV. Regularizações e contrapisos.

**7.12.4.2.** Normas aplicáveis:

- I. ABNT NBR 15758;
- II. ABNT NBR 13749.

### **7.12.5. Impermeabilização**

**7.12.5.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Execução de sistemas impermeabilizantes;
- II. Impermeabilização de áreas molhadas e coberturas.

**7.12.5.2.** Normas aplicáveis:



- I. ABNT NBR 9575;
- II. ABNT NBR 9574.

#### **7.12.6. Instalações hidrossanitárias**

**7.12.6.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Instalações prediais de água fria;
- II. Esgoto sanitário;
- III. Drenagem e águas pluviais.

**7.12.6.2.** Responsável técnico:

- II. Profissional legalmente habilitado.

**7.12.6.3.** Normas aplicáveis:

- I. ABNT NBR 5626;
- II. ABNT NBR 8160;
- III. ABNT NBR 10844.

#### **7.12.7. Instalações elétricas, lógicas e infraestrutura**

**7.12.7.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Instalações elétricas prediais;
- II. Infraestrutura lógica;
- III. Cabeamento estruturado;
- IV. Sistemas complementares.

**7.12.7.2.** Responsável técnico:

- I. Engenheiro Eletricista.

**7.12.7.3.** Normas aplicáveis:

- I. ABNT NBR 5410;
- II. ABNT NBR 5419;
- III. NR-10.

#### **7.12.8. Climatização e ar-condicionado**

**7.12.8.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Infraestrutura frigorígena;
- II. Sistemas de climatização;
- III. Instalação de equipamentos de ar-condicionado.

**7.12.8.2.** Responsável técnico:

- I. Profissional legalmente habilitado.

**7.12.8.3.** Normas aplicáveis:

- I. ABNT NBR 16401.

#### **7.12.9. Esquadrias, vidros e serralheria**



**7.12.9.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Fabricação e instalação de esquadrias;
- II. Serralheria metálica;
- III. Instalação de vidros.

**7.12.9.2.** Normas aplicáveis:

- I. ABNT NBR 7199;
- II. ABNT NBR 10821.

**7.12.10. Marcenaria, marmoraria e decoração**

**7.12.10.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Fabricação e instalação de mobiliário sob medida;
- II. Instalação de bancadas e revestimentos especiais;
- III. Execução de acabamentos decorativos compatíveis com o objeto.

**7.12.11. Revestimentos, pintura e acabamentos**

**7.12.11.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Assentamento de revestimentos;
- II. Pintura predial;
- III. Acabamentos internos e externos.

**7.12.11.2.** Normas aplicáveis:

- I. ABNT NBR 13245;
- II. ABNT NBR 13753;
- III. ABNT NBR 13754;
- IV. ABNT NBR 13755.

**7.12.12. Segurança do trabalho**

**7.12.12.1.** A contratada deverá comprovar atendimento às normas de segurança e medicina do trabalho, incluindo:

- I. Fornecimento de EPIs e EPCs;
- II. Sinalização;
- III. Medidas preventivas;
- IV. Treinamento das equipes.

**7.12.12.2.** Normas aplicáveis:

- I. NR-06;
- II. NR-10;
- III. NR-18;
- IV. NR-35.

**7.12.13. Acessibilidade**

**7.12.13.1.** A empresa deverá comprovar experiência em:

- I. Execução de obras com requisitos de acessibilidade universal;
- II. Adequação de rotas acessíveis, rampas, sanitários PCD e sinalização tátil;
- III. Instalação de equipamentos de acessibilidade.



**7.12.13.2. Responsável técnico:**

- I. Engenheiro Civil, ou Arquiteto e Urbanista com atribuição em acessibilidade.

**7.12.13.3. Normas aplicáveis:**

- I. ABNT NBR 9050:2020;  
II. Lei Federal nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão);  
III. Decreto Federal nº 5.296/2004.

**7.12.14. Prevenção e Proteção Contra Incêndio — PPCI**

**7.12.14.1. A empresa deverá comprovar experiência em:**

- I. Elaboração e execução de projetos de PPCI;  
II. Instalação de sistemas de detecção e alarme de incêndio;  
III. Instalação de sistemas de combate a incêndio (hidrantes, extintores);  
IV. Sinalização de emergência e rotas de fuga.

**7.12.14.2. Responsável técnico:**

- II. Profissional legalmente habilitado com ART/RRT específica para PPCI.

**7.12.14.3. Normas aplicáveis:**

- I. Decreto Estadual do Paraná nº 2.074/2014 e atualizações;  
II. ABNT NBR 9077 (saídas de emergência);  
III. ABNT NBR 9441 (detecção e alarme de incêndio);  
IV. ABNT NBR 13714 (sistemas de hidrantes);  
V. ABNT NBR 12693 (sistemas de extintores);  
VI. ABNT NBR 17240 (sistemas de alarme).

**7.12.15. Tratamento Acústico**

**7.12.15.1. A empresa deverá comprovar experiência em:**

- I. Execução de tratamento acústico em ambientes de uso coletivo;  
II. Controle de tempo de reverberação e isolamento acústico;  
III. Instalação de materiais absorventes e painéis acústicos.

**7.12.15.2. Responsável técnico:**

- I. Profissional legalmente habilitado com atribuição em acústica.

**7.12.15.3. Normas aplicáveis:**

- I. ABNT NBR 12179 (tratamento acústico em recintos fechados);  
II. ABNT NBR 10152 (níveis de ruído para conforto acústico).

**7.12.16. Sistemas de Áudio e Vídeo**

**7.12.16.1. A empresa deverá comprovar experiência em:**

- I. Instalação de sistemas de sonorização profissional;  
II. Instalação de sistemas de videoconferência e transmissão;  
III. Cabeamento e infraestrutura para AV integrado.

**7.12.16.2. Responsável técnico:**



I. Profissional legalmente habilitado com ART/RRT específica.

### **7.13. EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES:**

**7.13.1.** A licitante deverá declarar pleno conhecimento das condições da edificação, acessos, interferências, limitações executivas e condições locais da obra, não podendo alegar posteriormente desconhecimento para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, paralisação ou alteração contratual;

**7.13.2.** A Administração poderá realizar visita técnica facultativa ou obrigatória, conforme definido no edital, devendo a licitante declarar ciência das condições reais da edificação e dos serviços a serem executados;

**7.13.3.** A contratada deverá analisar previamente todos os projetos, memoriais, planilhas e documentos técnicos, comunicando formalmente à fiscalização quaisquer incompatibilidades, divergências ou omissões identificadas antes da execução dos serviços;

**7.13.4.** A execução de serviços sem comunicação prévia das incompatibilidades ou divergências identificadas implicará responsabilidade integral da contratada pelos retrabalhos, correções e adequações necessárias;

**7.13.5.** Os materiais empregados deverão atender às especificações técnicas dos projetos, memorial descritivo, normas da ABNT e recomendações dos fabricantes, não sendo admitidos materiais de qualidade inferior sem aprovação formal da fiscalização;

**7.13.6.** A fiscalização poderá exigir certificados, laudos, fichas técnicas, catálogos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados na obra;

**7.13.7.** A contratada será integralmente responsável por danos causados à edificação existente, instalações, equipamentos, mobiliários ou terceiros durante a execução dos serviços, devendo promover imediata reparação às suas expensas;

**7.13.8.** A contratada deverá manter o local permanentemente limpo, organizado e sinalizado durante toda a execução da obra, promovendo remoção periódica de entulhos e resíduos;

**7.13.9.** A contratada deverá adotar medidas de proteção das áreas existentes, equipamentos, mobiliários e elementos não contemplados na intervenção;

**7.13.10.** A contratada deverá empregar mão de obra qualificada e compatível com a complexidade dos serviços executados, responsabilizando-se integralmente pela qualidade técnica da execução;

**7.13.11.** Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com:

**I. Projetos executivos;**

**II.** Memorial descritivo;

**III.** Normas da ABNT;

**IV.** Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

**V.** Legislações municipais aplicáveis;

**VI.** Exigências das concessionárias e órgãos competentes;

**VII.** Recomendações técnicas dos fabricantes.

**7.14.** A contratada deverá elaborar e apresentar à fiscalização, previamente ao início das obras, o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil — PGRCC, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), contemplando classificação, acondicionamento, transporte e destinação final dos resíduos gerados.

**7.15.** Os documentos técnicos reforçam a necessidade de conferência in loco, compatibilização entre projetos e observância das normas técnicas aplicáveis.

**7.16.** A Administração poderá realizar diligências para validação dos documentos apresentados, inclusive junto aos órgãos emitentes e contratantes anteriores, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.





## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**8.1.** A execução deverá obedecer aos projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro anexos.

### **8.1.1. Etapas principais da execução**

**8.1.1.1.** A obra está estruturada, no cronograma, pela seguinte ordem:

- a) Serviços Técnicos - Profissionais;
  - b) Serviços Preliminares;
  - c) Proteções;
  - d) Remoções e Demolições;
  - e) Reforço Estrutural e Estrutura Nova;
  - f) Cobertura;
  - g) Alvenaria / Reboco / Contrapiso / Drywall;
  - h) Impermeabilização;
  - i) Instalações Hidráulicas/Gás;
  - j) Instalações Elétricas/Lógicas;
  - k) Instalação de Ar Condicionado (infraestrutura);
  - l) Esquadrias;
  - m) Gesso;
  - n) Revestimentos;
  - o) Pintura;
  - p) Instalação de Ar Condicionado (máquinas)
  - q) Serviços Finais;
  - r) Aluguel de Equipamento;
  - s) Marcenaria/Marmoraria/Decoração.
- 8.2. Serviços Técnicos – Profissionais**

**8.2.1.** Os serviços técnicos/profissionais integrantes da contratação totalizam **R\$ 220.000,00**, assim discriminados:

- I. Acompanhamento de obra: R\$ 216.000,00;**
- II. Ensaio SPT: R\$ 4.000,00.**

### **8.3. Prazo de execução**

**8.3.1.** O prazo total previsto para execução é de **36 semanas**, equivalentes a **9 meses**, conforme cronograma físico-financeiro anexo.

### **8.4. Condicionante técnica relativa às fundações**

**8.4.1.** O ensaio SPT deverá ser realizado previamente à execução das fundações, em observância ao projeto estrutural, que registra sua imprescindibilidade para definição e eventual redimensionamento das fundações.

## **9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**9.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**9.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**9.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



- 9.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, fiscal técnico e gestor do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 9.6.** Compete a fiscalização do contrato:
- 9.7.** O fiscal é responsável por acompanhar a execução física e financeira, verificar a conformidade dos materiais e serviços, registrar ocorrências relevantes, exigir a correção de falhas e desconformidades, aprovar ou rejeitar medições, atestar o recebimento provisório e definitivo.
- 9.8.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 9.9.** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 9.10.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 9.11.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 9.12.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 9.13.** O fiscal técnico contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 9.14.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 9.15.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 9.16.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 9.17.** Cabe ao gestor do contrato:
- 9.18.** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 9.19.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



**9.20.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**9.21.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**9.22.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**9.23.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**9.24.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**9.25.** O fiscal de contratos e o gestor de contratos serão designados através de ato da autoridade competente, sendo para este processo o Ato 09/2026.

**9.26.** A contratada deverá manter interlocução técnica permanente com a fiscalização, bem como apresentar a documentação necessária ao acompanhamento da execução, inclusive ART/RRT, relatórios e demais registros exigíveis.

## **10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**10.1.** As medições serão realizadas de acordo com os serviços efetivamente executados, observando:

- I.** Planilha contratual;
- II.** Cronograma físico-financeiro;
- III.** Projetos;
- IV.** Memorial descritivo;
- V.** Especificações técnicas;
- VI.** Aceitação da fiscalização.

**10.2.** Somente serão medidos os serviços:

- I.** Efetivamente executados;
- II.** Em conformidade com os documentos técnicos;
- III.** Aceitos pela fiscalização;
- IV.** Livres de vícios aparentes que impeçam seu recebimento.

**10.3.** O cronograma físico-financeiro apresenta a distribuição semanal, mensal e acumulada da execução, servindo como base de referência para o acompanhamento físico-financeiro da contratação.

**10.4.** O pagamento será efetuado após aprovação da medição pela fiscalização e apresentação da documentação fiscal, trabalhista e previdenciária exigível, conforme procedimentos da Administração.

**10.5.** Dos pagamentos:

**10.5.1.** Os pagamentos pelos serviços executados, objeto desta **CONCORRÊNCIA**, serão efetuados por faturas mensais, diretamente para a **CONTRATADA**, após medição e liberação por parte da fiscalização, e aceite da Nota Fiscal referente a cada fatura, discriminando os serviços prestados, sendo que o valor medido dos serviços executados deverá ser igual ao valor previsto para cada etapa do Cronograma Físico-Financeiro da obra.

**10.6.** Como condição para liberação de todas as parcelas, será verificada a regularidade fiscal do fornecedor.



**10.6.1.** A cada pagamento deverá ser consultada junto ao **SICAF** as certidões de regularidade com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o FGTS, as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**10.6.1.1.** Caso as certidões não estejam válidas ou não constem no **SICAF**, as mesmas deverão ser enviadas junto à Nota Fiscal.

**10.7.** No caso de serviços executados por subcontratadas, deverá ser apresentado o contrato celebrado entre as partes (**CONTRATADA E SUBCONTRATADA**) bem como as certidões de regularidade com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o FGTS, as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas em conjunto com as da contratada.

**10.8.** Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, devidamente corrigida.

**10.9.** Os pagamentos serão efetuados no prazo de 20 (vinte) dias contados da apresentação das faturas corretas e da autorização do responsável pela fiscalização do mesmo pela administração.

**10.10.** Caso o contratante venha a efetuar algum pagamento após o vencimento contratual, por sua exclusiva responsabilidade e sem justificativa aceita, o valor em atraso será acrescido de encargos financeiros calculados com base no IGPM - FGV (Índice Geral de Preços no Mercado), a partir do prazo estipulado para o pagamento, devendo ser este o índice utilizado para qualquer situação corrente, relativa ao presente instrumento, e na sua falta, aquele que vier a substituí-lo.

**10.11.** A comprovada infringência de disposição contratual implicará na retenção de pagamento, até final solução, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

**10.12.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de valor ou a compensação financeira.

**10.13.** A Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos desta **CONCORRÊNCIA**.

**10.14.** Em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e o Decreto Municipal nº 6901/2023 as empresas ficam obrigadas a informar as retenções de IR pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

**10.14.1.** A empresa a qual for **isenta** deverá apresentar declaração **conforme anexo II e III da Instrução Normativa RFB nº 1234/2012**.

**10.15.** A Câmara Municipal informa que **não possui convênio**, sendo assim não se aplica o disposto no art. 33 da Lei Federal nº 10833/2003.

## **11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**11.1.** O Processo correrá pela Dotação Orçamentária **4.4.90.51**, sendo o bloqueio de valor executado após a pesquisa de preços.

**11.2.** O valor estimado para a contratação, é de **R\$ 2.861.462,01 (Dois milhões oitocentos e sessenta e um mil quatrocentos e sessenta e dois reais e um centavo)**.

**11.2.1.** Desse montante:

- I. R\$ 220.000,00** correspondem ao item **Serviços Técnicos - Profissionais**;
- II. Sendo R\$ 216.000,00** relativos ao **acompanhamento de obra**;
- III. E R\$ 4.000,00** relativos ao **ensaio de sondagem a percussão do solo – SPT**.



**11.3.** A formação de preços deverá observar a planilha orçamentária do processo e as referências técnicas adotadas, especialmente:

**I. SINAPI Curitiba/PR – 01/2026 – sem desoneração**, para insumos, composições e composições analíticas.

## **12. COMPOSIÇÃO DO BDI E FORMAÇÃO DO ORÇAMENTO**

**12.1.** O percentual de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) adotado para a presente contratação foi fixado em **25% (vinte e cinco por cento)**, considerando as características técnicas, operacionais e administrativas da obra de reforma e adequação do plenário da Câmara Municipal.

**12.2.** A composição do BDI contempla parcelas relativas à administração central, seguros, garantias, riscos, despesas financeiras, tributos incidentes e margem de lucro da contratada, observando parâmetros usualmente praticados em obras públicas de engenharia e referências compatíveis com contratações similares.

**12.3.** A decomposição adotada considera os seguintes componentes estimados:

- I.** Administração Central: 4,00%;
- II.** Seguro e Garantias: 0,80%;
- III.** Riscos e Imprevistos: 1,27%;
- IV.** Despesas Financeiras: 1,23%;
- V.** Lucro: 7,40%;
- VI.** Tributos (PIS, COFINS e ISS): 8,65%.

**12.4.** O percentual adotado mostra-se compatível com a natureza da intervenção, especialmente por tratar-se de reforma em edificação existente, com necessidade de compatibilização entre disciplinas técnicas, gerenciamento simultâneo de múltiplos serviços, logística executiva em ambiente parcialmente operacional e controle técnico especializado.

**12.5.** Os valores constantes da planilha orçamentária já contemplam a incidência proporcional do BDI nos respectivos blocos e grupos de serviços, estando os custos apresentados acrescidos das despesas indiretas, tributos, riscos, seguros, despesas financeiras, administração central e lucro da contratada.

**12.6.** Dessa forma, não foi realizada aplicação adicional de BDI sobre o valor global final do orçamento, evitando duplicidade de incidência sobre custos já majorados.

**12.7.** Os serviços preliminares, administrativos e técnicos foram tratados de forma compatível com sua natureza orçamentária, observando-se a segregação entre custos diretos e indiretos e preservando a coerência econômico-financeira do orçamento.

## **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.** Constituem obrigações da **CONTRATADA**, dentre outras inerentes ou decorrentes do Contrato, os serviços especificados no presente Termo de Referência;

**13.1.1.** A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo e de sua Proposta, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega dos serviços;

**13.1.2.** A **CONTRATADA** deve executar o serviço em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência, livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos e todas as demais despesas necessárias;

**13.1.3.** A **CONTRATADA** deve cumprir rigorosamente todas as especificações contidas no Termo de Referência e na Proposta apresentada;

**13.1.4.** Assumir a responsabilidade por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando forem vítimas os seus empregados ou terceiros no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependências da **CONTRATANTE**;





**13.1.5.** Responder pelos danos causados diretamente à Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pelo acompanhamento da fiscalização;

**13.1.6.** A **CONTRATADA** deverá honrar os prazos previstos;

**13.1.7.** A Nota Fiscal deverá constar as especificações dos objetos rigorosamente idênticas com a Nota de Empenho e o especificado neste Termo de Referência.

**13.1.8.** Executar integralmente o objeto em conformidade com os documentos técnicos;

**13.1.9.** Fornecer materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e insumos necessários;

**13.1.10.** Responder tecnicamente pela execução dos serviços;

**13.1.11.** Emitir ART/RRT e demais documentos técnicos exigíveis;

**13.1.12.** Manter o local limpo, organizado e sinalizado;

**13.1.13.** Observar as normas técnicas e de segurança do trabalho;

**13.1.14.** Reparar, corrigir, remover ou refazer, às suas expensas, os serviços executados em desconformidade;

**13.1.15.** Responder por danos causados à Administração ou a terceiros;

**13.1.16.** Realizar testes, verificações e ajustes necessários ao perfeito funcionamento da obra;

**13.1.17.** Entregar o objeto em condições plenas de uso.

#### **14. Garantia contratual**

**14.1.** A licitante vencedora prestará a título de Garantia de Execução Contratual no valor correspondente à 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 podendo optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

**14.1.1.** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizada pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**14.1.2.** Seguro garantia;

**14.1.3.** Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**14.2.** A garantia prestada na modalidade de seguro garantia deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

**14.2.1.** Certidão de Regularidade Operacional junto à SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), em nome da seguradora que emitir a apólice;

**14.2.2.** Certidão de Regularidade Operacional junto ao IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), em nome da seguradora que emitir a apólice;

**14.2.3.** A garantia prestada em carta fiança emitida por Cooperativa de Crédito deverá vir acompanhada da Autorização de Funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil;

**14.2.4.** A garantia prestada em títulos da dívida pública deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, da seguinte comprovação:



**14.2.4.1.** Origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento através de registro no balanço patrimonial da licitante;

**14.3.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente através do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM).

**14.4.** Ao Contratante cabe o direito de descontar do valor da garantia as parcelas de obras inadimplidas pela Contratada, conforme as cláusulas do contrato.

**14.5.** A garantia deverá ser prestada no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato e mantida até o recebimento definitivo do objeto.

## **15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**15.1.** Constituem obrigações da **CONTRATANTE**, dentre outras inerentes ou decorrentes do Contrato a este processo vinculado.

**15.2.** Exigir e acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto;

**15.3.** Proporcionar todas as condições para que a **CONTRATADA** possa cumprir com o objeto desta contratação;

**15.4.** Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, necessários à execução dos objetos contratados;

**15.5.** Encaminhar requisição do serviço para que à **CONTRATADA** possa proceder com a entrega do objeto;

**15.6.** Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente ao objeto, no prazo e condições contratuais;

**15.7.** Disponibilizar os documentos técnicos necessários à execução;

**15.8.** Designar gestor, fiscal do contrato e fiscal técnico;

**15.9.** Acompanhar e fiscalizar a execução;

**15.10.** Analisar e aprovar medições;

**15.11.** Prestar esclarecimentos técnicos e administrativos necessários ao andamento do contrato;

**15.12.** A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **16. RECEBIMENTO DO OBJETO**

**16.1.** O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas:

### **16.1.1. Recebimento provisório**

**I.** Mediante vistoria e constatação da conclusão dos serviços contratados, ressalvadas eventuais pendências sanáveis.

### **16.1.2. Recebimento definitivo**

**I.** Após a correção das pendências apontadas, realização dos testes necessários e aceitação final pela fiscalização.



## **17. PRAZO DE GARANTIA**

**17.1.** A contratada responderá pela solidez, segurança e qualidade dos serviços executados pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos para estruturas, fundações e elementos construtivos, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro.

**17.2.** Para os demais sistemas, aplicam-se os seguintes prazos mínimos de garantia, contados a partir do recebimento definitivo:

- I.** Instalações elétricas: 2 (dois) anos;
- II.** Instalações hidrossanitárias: 2 (dois) anos;
- III.** Sistema de climatização: 1 (um) ano, sem prejuízo da garantia do fabricante;
- IV.** Revestimentos e acabamentos: 1 (um) ano;
- V.** Impermeabilização: 5 (cinco) anos.

## **18. NORMAS TÉCNICAS E PREMISSAS DE EXECUÇÃO**

**18.1.** A execução deverá observar integralmente os projetos, o memorial descritivo e as normas técnicas aplicáveis indicadas nos documentos do processo, inclusive aquelas relativas a:

- I.** Estruturas;
- II.** Instalações elétricas;
- III.** Instalações hidrossanitárias;
- IV.** Impermeabilização;
- V.** Acessibilidade;
- VI.** Segurança do trabalho;
- VII.** Desempenho das edificações.

**18.2.** Permanecem como premissas obrigatórias:

- I.** Conferência das medidas no local antes da execução;
- II.** Compatibilização entre projetos;
- III.** Realização do ensaio SPT antes da execução das fundações.

## **19. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**19.1.** Em atendimento ao art. 11, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução dos serviços deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade:

- I.** Preferência por materiais com certificação ambiental reconhecida;
- II.** Uso racional de água e energia durante a execução;
- III.** Destinação adequada de resíduos conforme PGRCC;
- IV.** Vedação ao uso de materiais contendo amianto/asbesto em qualquer forma.

## **20. ANEXOS**

**20.1.** Integram este Termo de Referência, para todos os fins:

- **Anexo** – Projeto arquitetônico;
- **Anexo** – Projeto executivo;
- **Anexo** – Projeto estrutural;
- **Anexo** – Memorial descritivo;
- **Anexo** – Projeto hidrossanitário;
- **Anexo** – Planilha Estudo de Viabilidade Financeira com base na SINAPI;
- **Anexo** – Cronograma físico-financeiro;



- **Anexo – Estrutura analítica de Projeto (EAP);**

Os documentos anexos relacionados estão disponíveis no processo eletrônico Fly protocolo ATRAVÉS DO LINK: [https://e-gov.betha.com.br/protocolo/01038-247/con\\_externa.faces](https://e-gov.betha.com.br/protocolo/01038-247/con_externa.faces)

Deve ser informado o número único do processo: 400.EN4.347-20, item 3 (documentos engenheiro)

## **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.2.** A participação no procedimento licitatório implica plena ciência, por parte da futura contratada, de todas as condições locais, documentos técnicos, quantitativos, cronograma, exigências legais e normas aplicáveis ao objeto.

**20.3.** Quaisquer divergências verificadas entre projeto e situação real da edificação deverão ser comunicadas previamente à fiscalização, vedada a execução de alterações sem anuência formal da Administração e dos responsáveis técnicos, quando cabível.

**20.4.** As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

**20.5.** A autorização acerca da aquisição/contratação citada acima será anexada após a verificação do processo pelo Departamento Jurídico.

Fazenda Rio Grande, 01 de junho de 2026.

(Assinado digitalmente na via original)

**Thaynara Carvalho Murata**  
**Departamento Administrativo**



## **APÊNCIDE ANEXO I**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

#### **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa especializada para execução da reforma do Plenário da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, administração da obra e demais insumos necessários, incluindo serviços técnicos/profissionais correlatos.

#### **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. A Câmara apresenta necessidade de requalificação do plenário e de seus ambientes de apoio, em razão das condições atuais de inadequação arquitetônica, construtiva, funcional e técnica da edificação existente. A intervenção visa proporcionar melhores condições de uso, acessibilidade, segurança, desempenho e atendimento ao público, vereadores e servidores, adequando os espaços às normas técnicas vigentes, em especial à NBR 9050 (acessibilidade), à legislação de segurança contra incêndio e às normativas municipais aplicáveis. A edificação está situada no lote com área de 1.786,20 m² e área construída existente de 1.935,76 m². A intervenção compreende a reforma de 405,84 m² e a ampliação de 23,14 m², totalizando área construída de 1.958,90 m², após a conclusão dos serviços. Os ambientes contemplados na reforma incluem: recepção, sanitário PCD, lavabos, D.M.L., depósito/almoxarifado, plenário, corredores, sala de reunião, copa/refeitório, vestiários e banheiros, sala de áudio e vídeo e áreas externas correlatas. A não realização da intervenção implicaria manutenção de condições inadequadas de funcionamento do Poder Legislativo Municipal, com risco de comprometimento da prestação do serviço público, da segurança dos usuários e do descumprimento de exigências legais de acessibilidade.

#### **3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

3.1. A presente contratação consta no PCA - Plano de Contratações Anual - Resolução 25/2025 sob o Elemento de despesa – **4.4.90.51**. Detalhamento elemento de despesa – **4.4.90.51.01**.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Para atender às necessidades da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, o fornecedor deverá cumprir os seguintes requisitos:

4.1.1. A contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

4.1.2. Possuir aptidão técnica compatível com a execução de obra/reforma de edificação pública com serviços complementares de engenharia;

4.1.3. Manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução;

4.1.4. Fornecer materiais novos e compatíveis com os projetos e especificações;

4.1.5. Conferir previamente todas as medidas, níveis, interferências e condições reais da edificação, por se tratar de reforma;

4.1.6. Executar os serviços em estrita conformidade com os projetos, memorial descritivo e planilha;

4.1.7. Submeter previamente à fiscalização quaisquer divergências identificadas em campo;

4.1.8. Cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho e demais exigências legais;

4.1.9. Realizar testes, verificações, ajustes e correções necessários à entrega do objeto em perfeitas condições de uso;

4.1.10. Possuir capacidade técnica operacional e profissional compatível com os serviços previstos neste Termo de Referência, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, ART/RRT, atestados de capacidade técnica e demais documentos comprobatórios emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

4.1.11. Manter responsáveis técnicos legalmente habilitados para os serviços especializados executados, com registro ativo junto ao CREA e/ou CAU;

4.1.12. Garantir que todos os serviços especializados, inclusive os eventualmente subcontratados, possuam comprovação de experiência anterior compatível com a atividade executada;

4.1.13. Garantir que as empresas subcontratadas, quando permitidas, apresentem:

4.1.14. Responsável técnico habilitado;

4.1.15. ART/RRT específica;



**4.1.16.** Acervo técnico compatível;

**4.1.17.** Comprovação de experiência anterior na atividade executada;

**4.2.** Balanço patrimonial e índices:

**4.2.1.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais ou ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

**4.2.1.1.** Fica vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, demonstrando os índices financeiros mínimos, conforme abaixo:

I. Índice de Liquidez Geral (ILG) deverá ser igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero) calculados pela fórmula abaixo:

$ILG = AC + RLP / PC + PNC$ , onde:

ILG — Índice de Liquidez Geral

AC — Ativo Circulante

PC — Passivo Circulante

RLP — Realizável a Longo Prazo

PNC — Passivo Não Circulante

II. Índice de Liquidez Corrente (ILC) deverá ser igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero) calculados pela fórmula abaixo:

$ILC = AC / PC$ , onde:

ILC — Índice de Liquidez Corrente

AC — Ativo Circulante

PC — Passivo Circulante

III. Grau de Endividamento (GE) deverá ser igual ou inferior a 0,5 (zero vírgula cinco) calculados pela fórmula abaixo:

Grau de Endividamento (GE):

$PC + \text{Exigível a Longo Prazo} = \text{igual ou inferior a } 0,5 \text{ (zero vírgula cinco)}$

Ativo Total

Sendo: AC = ativo circulante

PC = passivo circulante

**4.2.1.2.** O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis das Sociedades Anônimas ou por Ações deverá ser publicado em Diário Oficial, sendo que as de Capital aberto deverão, ainda, vir acompanhado de Parecer de Auditor(es) Independente(s), e demais empresas deverá ser o transcrito no “Livro Diário”, contendo identificação completa da empresa, de seu titular e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento.

**4.2.1.3.** Os termos devem estar registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos. As empresas que adotam a Escrituração Contábil Digital, enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverão apresentar as Demonstrações Contábeis, os Termos de Abertura e Encerramento e o Recibo de Entrega de Livro Digital emitidos pelo Sistema Validador do SPED.

**4.2.1.4.** Comprovante de possuir Capital Social de no mínimo 10% (dez por cento) do valor máximo de referência que é de R\$ 2.861.462,01 (dois milhões, oitocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e um centavo), de acordo com o art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

**4.3.** A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:





**4.3.1.** Prova de registro ou inscrição da licitante, junto ao **CREA** ou **CAU**, da região a que estiver vinculado, que comprove o desempenho de atividade relacionada com o objeto desta licitação.

**4.3.2.** Empresas sediadas em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscritas no **CREA/CAU** de origem, **SE VENCEDOR**, deverá apresentar obrigatoriamente, quando da assinatura do contrato, visto junto ao **CREA/PR** ou **CAU/BR** em conformidade o que dispõe a Lei 5.194/66, consonância com a Resolução 1.121/2019 do CONFEA.

**4.3.3.** Atestado(s) de capacidade técnico-operacional da empresa proponente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado(s) junto à entidade profissional competente, comprovando que a empresa proponente já executou obra(s) com características semelhantes e compatíveis ao objeto ora licitado, demonstrando experiência técnica na execução de construções edificadas com no mínimo 200m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados) de obra na área de atendimento ao público com salas para escritório, sendo considerados atestados de obras similares ao do objeto como edifícios comerciais, edificações públicas, sedes administrativas de indústrias e empresas.

**4.3.4.** Comprovação da proponente de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado na entidade profissional competente, acompanhado da respectiva **CAT (Certidão de Acervo Técnico)**, comprovando que já executou obra(s) de características semelhantes e compatíveis com o objeto desta licitação.

**4.3.5.** Serão considerados os acervos de obras similares ao do objeto como edifícios comerciais, edificações públicas, sedes administrativas de indústrias e empresas;

**4.3.6.** A licitante e os profissionais nomeados como responsáveis técnicos deverão comprovar, mediante um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, suficientes para comprovar tal aptidão, não sendo permitida a soma de atestados para comprovação do acervo;

**4.3.7.** O profissional Responsável Técnico deverá comprovar pertencer ao quadro permanente da licitante ou ser contratado como autônomo, mediante cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho, Certidão do CREA, Certidão do CAU, Contrato Social, Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT (Delegacia Regional do Trabalho);

**4.4.** A comprovação de capacidade técnica dar-se-á mediante apresentação dos REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA:

**4.4.1.** Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA ou CAU;

**4.4.2.** Atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados;

**4.4.3.** ART/RRT dos responsáveis técnicos de cada disciplina;

**4.4.4.** Comprovação de registro ativo no CREA e/ou CAU dos profissionais indicados.

## **5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

**5.1.** As quantidades foram apuradas a partir do levantamento físico da edificação existente, dos projetos executivos elaborados por profissionais habilitados e do memorial descritivo, resultando na planilha orçamentária referenciada no SINAPI Curitiba/PR — janeiro de 2026, sem desoneração.

**5.2.** A contratação tem caráter único e não fracionável, compreendendo obra de reforma e ampliação com prazo de execução de 36 semanas (equivalentes a 9 meses), sem previsão de renovação ou prorrogação de escopo.



**5.3.** As memórias de cálculo detalhadas, os quantitativos por item da planilha orçamentária e os projetos que os fundamentam integram os anexos do processo administrativo, nos termos do art. 18, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**6.1.** O mercado de execução de obras de reforma e requalificação de edificações públicas é amplo e consolidado na região de Curitiba/PR e entorno, com disponibilidade de empresas especializadas habilitadas para o objeto, evidenciada pelos registros do CREA/PR e pelo histórico de contratações similares em municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

**6.2.** Foram consideradas as seguintes alternativas para atendimento da necessidade identificada:

**a)** Execução integral da reforma e ampliação por empresa especializada mediante Concorrência pública — solução adotada, por ser a alternativa que atende integralmente à necessidade, com segurança técnica, responsabilidade única e controle contratual unificado;

**b)** Execução parcial ou faseada da reforma — descartada, pois implicaria descontinuidade operacional prolongada, elevação de custos administrativos e impossibilidade de compatibilização integrada entre disciplinas técnicas;

**c)** Manutenção do estado atual — descartada, dado que as condições existentes não atendem aos requisitos funcionais, de acessibilidade e de segurança, com risco de agravamento progressivo das patologias construtivas identificadas.

**6.3.** A solução adotada consolida, em contratação única, todos os serviços técnicos, de engenharia, de instalações, de acabamentos e de execução de obras civis, configurando a alternativa mais eficiente do ponto de vista técnico, econômico e operacional.

## **7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO**

**7.1.** O valor estimado da contratação, apurado com base em planilha orçamentária elaborada a partir do SINAPI Curitiba/PR — janeiro de 2026, sem desoneração, por profissional técnico habilitado, totaliza R\$ 2.861.462,01 (dois milhões, oitocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e um centavo).

**7.1.1.** O orçamento contempla as seguintes parcelas de Serviços Técnicos - Profissionais:

- I.** Acompanhamento de obra: R\$ 216.000,00
- II.** Ensaio SPT: R\$ 4.000,00
- III.** Subtotal Serviços Técnicos - Profissionais: R\$ 220.000,00

**7.1.2.** O BDI adotado é de 25%, com a seguinte composição: Administração Central 4,00%; Seguro e Garantias 0,80%; Riscos e Imprevistos 1,27%; Despesas Financeiras 1,23%; Lucro 7,40%; Tributos — PIS, COFINS e ISS — 8,65%. Os valores da planilha já contemplam a incidência proporcional do BDI por bloco de serviços, sem aplicação adicional sobre o total.

**7.2.** As memórias de cálculo detalhadas, os preços unitários referenciais e os documentos de suporte integram os anexos do processo administrativo, nos termos do art. 18, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**8.1.** A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para execução integral da reforma do plenário da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transportes, administração da obra e demais insumos, incluindo serviços técnicos/profissionais correlatos.

**8.2.** A reforma está estruturada nas seguintes etapas, conforme a Estrutura Analítica da Obra (EAO) e o cronograma físico-financeiro:



- a) Serviços Técnicos - Profissionais (acompanhamento de obra e ensaio SPT);
- b) Serviços Preliminares;
- c) Remoções e Demolições;
- d) Reforço Estrutural e Estrutura Nova;
- e) Cobertura;
- f) Alvenaria / Reboco / Contrapiso / Drywall;
- g) Impermeabilização;
- h) Instalações Hidráulicas / Gás;
- i) Instalações Elétricas / Lógicas;
- j) Instalação de Ar Condicionado (infraestrutura);
- k) Esquadrias;
- l) Gesso;
- m) Revestimentos;
- n) Pintura;
- o) Instalação de Ar Condicionado (máquinas);
- p) Serviços Finais;
- q) Aluguel de Equipamento;
- r) Marcenaria / Marmoraria / Decoração.

**8.3.** A condicionante estrutural obrigatória para início das fundações é a realização prévia do ensaio SPT, conforme registro do projeto estrutural, que prevê eventual recálculo e redimensionamento das fundações com base nos resultados obtidos.

**8.4.** O contrato incluirá prazo mínimo de garantia de cinco anos para vícios estruturais e noventa dias para vícios aparentes, nos termos do art. 618 do Código Civil.

## **9. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO**

**9.1.** O objeto da contratação não comporta parcelamento pelos seguintes fundamentos técnicos e operacionais:

**I.** Interdependência técnica e executiva entre todas as etapas da obra, exigindo compatibilização contínua entre disciplinas e gestão unificada de cronograma e interferências;

**II.** Risco de responsabilidade difusa e dificuldade de imputação de vícios construtivos em caso de contratação segmentada entre múltiplos fornecedores;

**III.** Necessidade de contratação única do responsável técnico pela obra, com atribuições que abrangem todas as frentes de execução;

**IV.** Incompatibilidade operacional entre frentes de serviço concomitantes que, em caso de contratação separada, geram sobreposição de interferências e riscos à segurança do trabalho;

**V.** Ausência de economia ao erário decorrente do parcelamento, dado que a divisão em lotes geraria duplicidade de custos administrativos e de mobilização.

## **10. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**10.1.** A contratação visa produzir os seguintes resultados em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos públicos:

**I.** Recuperação e valorização do patrimônio público municipal, evitando a progressão de patologias construtivas que, sem intervenção, implicariam custos de emergência significativamente superiores ao valor da reforma planejada;

**II.** Eliminação de barreiras arquitetônicas e adequação à NBR 9050, reduzindo riscos jurídicos e administrativos decorrentes de não conformidades com a legislação de acessibilidade;



- III. Melhoria das condições de segurança contra incêndio e pânico, reduzindo passivos legais e o risco de interdição administrativa da edificação;
- IV. Racionalização de custos operacionais futuros mediante modernização dos sistemas elétrico, hidráulico e de climatização, com impacto direto na redução do consumo de energia e água;
- V. Aumento da capacidade de atendimento e da qualidade do serviço legislativo prestado ao cidadão, com espaços adequados para sessões, audiências públicas e atividades administrativas;
- VI. Orçamento baseado em planilha SINAPI, garantindo referência de mercado auditável e aderência ao princípio da economicidade.
- VII. A solução adotada representa, dentre as alternativas analisadas, aquela que melhor equilibra custo de execução, abrangência técnica e durabilidade dos resultados para o patrimônio público municipal.

## **11. DAS PROVIDÊNCIAS**

**11.1.** Para viabilizar a contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- I. Aprovação do presente Estudo Técnico Preliminar pela autoridade competente;
- II. Aprovação do Termo de Referência e respectivos anexos — projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e EAP;
- III. Verificação da adequação orçamentária e financeira junto ao setor responsável, com emissão da Declaração de Disponibilidade Orçamentária;
- IV. Elaboração e publicação do edital de Concorrência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- V. Realização de visita técnica ao local das obras pelas licitantes, conforme condições a serem estabelecidas no edital;
- VI. Designação e orientação do gestor e do fiscal do contrato antes da emissão da Ordem de Serviço, com orientação sobre as responsabilidades previstas nos arts. 117 a 120 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- VII. Liberação do local de obras à contratada, com acesso pleno à área de intervenção, previamente ao início da execução;
- VIII. Planejamento de uso alternativo dos espaços institucionais afetados durante as obras, garantindo a continuidade das atividades legislativas.

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS**

**12.1.** Não há contratações correlatas em andamento que impliquem dependência jurídica ou orçamentária com o presente processo.

**12.2.** Para a perfeita execução do objeto, a Câmara Municipal deverá, de forma prévia ou concomitante, providenciar:

- I. Disponibilização de todos os projetos executivos e documentos técnicos à contratada no ato da emissão da Ordem de Serviço;
- II. Designação formal do gestor e do fiscal e fiscal técnico do contrato;
- III. Providências junto ao Corpo de Bombeiros, concessionárias de energia elétrica e demais órgãos competentes, quando exigível para o andamento da obra.



### **13. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS**

**13.1.** A execução da obra de reforma e ampliação gerará impactos ambientais inerentes a obras de construção civil, para os quais a contratada deverá adotar obrigatoriamente as seguintes medidas de controle e mitigação:

**I.** Gestão de Resíduos de Construção Civil (RCC): elaboração e execução de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), com destinação adequada dos resíduos por classe (A, B, C e D) a aterros, usinas de reciclagem e coletores licenciados;

**II.** Controle de poeira e material particulado: adoção de telas de proteção, umectação de vias de circulação interna e cobertura de caçambas e veículos transportadores de resíduos;

**III.** Controle de ruído e vibração: restrição de atividades de alto impacto sonoro ao horário diurno (7h às 18h em dias úteis), em observância à legislação municipal e à NBR 10151;

**IV.** Logística reversa: destinação adequada de materiais recicláveis provenientes das demolições — metais, vidros, plásticos e madeiras — com prioridade para doação ou encaminhamento a cooperativas de reciclagem licenciadas;

**V.** Eficiência no consumo de recursos: os novos sistemas elétrico, hidráulico e de climatização deverão ser dimensionados com critérios de eficiência energética e hídrica, em conformidade com as normas ABNT e os requisitos de desempenho da NBR 15575;

**VI.** Proteção do entorno: adoção de tapumes, fechamentos e sinalizações para isolar o canteiro de obras, proteger pedestres e evitar dispersão de resíduos para logradouros públicos;

**VII.** Controle de efluentes: proibição de lançamento de resíduos líquidos ou pastosos em galerias pluviais ou áreas permeáveis, com instalação de caixas de decantação no canteiro quando necessário.

**VIII.** A contratada será responsável pelo cumprimento integral da legislação ambiental federal, estadual e municipal durante a execução da obra, respondendo administrativamente, civil e criminalmente por danos ambientais causados por negligência ou inobservância das normas vigentes.

### **14. DOS ITENS DESTE ESTUDO PRELIMINAR**

**14.1.** Com base nos itens arrolados neste estudo preliminar, é possível aferir as principais características da presente contratação, pelo que se justifica a não contemplação de todos os incisos do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, com base no disposto no § 2º do mesmo artigo da Lei.

### **15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**15.1.** Com base nas informações levantadas, na análise das soluções disponíveis, no demonstrativo de resultados pretendidos, na avaliação dos impactos ambientais e nos documentos técnicos integrantes do processo — projetos executivos, memorial descritivo, planilha orçamentária referenciada no SINAPI e cronograma físico-financeiro — conclui-se pela VIABILIDADE da contratação de empresa especializada para execução da reforma do plenário da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande.

**15.2.** A solução eleita é tecnicamente justificada, economicamente adequada aos parâmetros de mercado, ambientalmente responsável e plenamente aderente aos pressupostos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**15.3.** Recomenda-se o prosseguimento do processo administrativo com a aprovação do Termo de Referência e a abertura do procedimento licitatório na modalidade Concorrência.

Fazenda Rio Grande, 22 de maio de 2026.

(Assinado digitalmente na via original)

**Thaynara Carvalho Murata**  
Departamento solicitante



**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Declaramos, para fins de participação na Concorrência Eletrônica nº ...../2026 – Câmara Municipal Fazenda Rio Grande, que a empresa ....., CNPJ/MF n.º ....., representada por....., CPF nº ....., em visita realizada às instalações da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, está ciente das condições gerais, e que compareceu ao local onde será executada a reforma, e que recebeu instruções e informações adicionais necessárias ao atendimento do objeto e demais condições do Edital, não havendo, portanto, nenhuma dúvida que prejudique a apresentação de uma proposta completa e com todos os detalhes. Declaramos, ainda, que a supramencionada empresa está ciente do compromisso assumido de manter sigilo sobre todas as informações às quais teve acesso em decorrência da vistoria realizada nesta data.

Fazenda Rio Grande/PR, ..... de .....de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura e carimbo) **NOME COMPLETO Cargo Matrícula**

\_\_\_\_\_  
**NOME COMPLETO RG / UF (Empresa)**

**ANEXO III**





**PROPOSTA DE PREÇOS**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90001/2026**

**DA PROPOSTA:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR GLOBAL
01	Reforma	Serviço	1	
VALOR TOTAL				

**Regime de execução:** Empreitada por preço global

**Prazo de execução:** Conforme item 2.2 do Anexo I – Termo de Referência, o prazo será de 36 semanas (equivalentes a 9 meses);

**Validade da proposta:** não poderá ser inferior a 150 dias

**Condições de pagamento:** conforme condições do edital.

**Responsável legal pela assinatura do contrato\*:**

**Responsável técnico\*\*:**

O fornecedor declara que concorda integralmente com as condições estipuladas na presente licitação e, que se vencedor deste certame, se submete ao cumprimento dos termos.

**\*Deverá ser apresentado os documentos RG e CPF/MF;**

**\*\* Deverá ser apresentado os documentos RG, CPF/MF, CREA, Carteira Profissional;**

O preço da proposta em R\$ é de (valor / valor por extenso) ITEM.

**Local e data:**  
**Assinatura e carimbo do proponente**



## MINUTA DO CONTRATO

**Processo Administrativo nº 15/2026**  
**Contrato nº xx/202x**

A **Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande – PR**, CNPJ nº 00.442.239/0001-11, com sede na Rua Farid Stephens, nº 179, Bairro Pioneiros, Fazenda Rio Grande/PR, representada por sua Presidente, **Andréia Teodoro Pinto**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXXXXXX, Município/Estado, representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o **Processo Administrativo nº XXXXXXXX**, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis, firmam o presente **Contrato**, resultante da **Concorrência Eletrônica nº 90001/2026**, regido pelas cláusulas e condições a seguir.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

**1.1.** Contratação de empresa especializada para a **execução da reforma do Plenário da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande/PR**, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transportes, administração da obra e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo serviços técnicos/profissionais correlatos, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes da contratação.

#### **1.2. Descritivo e quantitativo do objeto da contratação:**

**1.2.1.** A intervenção será executada no imóvel situado na Rua Farid Stephens, 179, Bairro Pioneiros, Fazenda Rio Grande/PR.

**1.2.2.** A caracterização física de referência da intervenção é a seguinte:

- Área do lote: 1.786,20 m²;
- Área construída existente: 1.935,76 m²;
- Área a ampliar: 23,14 m²;
- Área a reformar: 405,84 m²;
- Área construída total: 1.958,90 m².

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR GLOBAL
01	Reforma	Serviço	1	
VALOR TOTAL				

**1.3.** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independente de transcrição:

**1.3.1.** O Estudo técnico preliminar e o Termo de Referência que embasou a contratação;

**1.3.2.** O Edital da Licitação;

**1.3.3.** A proposta do Contratado;

**1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) semanas, equivalentes a 9 (nove) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura e divulgação no PNCP.



**2.2.** O presente contrato terá seu extrato publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Fazenda Rio Grande – PR.

**2.3.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**2.4.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**2.5.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – GARANTIA DO OBJETO DO CONTRATO**

**3.1.** A **CONTRATADA** garante a adequada execução dos serviços de reforma do prédio da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, observadas as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada.

**3.2.** Os serviços deverão ser executados com zelo, técnica adequada e observância das normas aplicáveis.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**4.1.** A licitante vencedora prestará a título de Garantia de Execução Contratual no valor correspondente à 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

**4.1.1.** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizada pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**4.1.2.** Seguro garantia;

**4.1.3.** Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**4.2.** A garantia prestada na modalidade de seguro garantia deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

**4.2.1.** Certidão de Regularidade Operacional junto à SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), em nome da seguradora que emitir a apólice;

**4.2.2.** Certidão de Regularidade Operacional junto ao IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), em nome da seguradora que emitir a apólice;

**4.2.3.** A garantia prestada em carta fiança emitida por Cooperativa de Crédito deverá vir acompanhada da Autorização de Funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil;

**4.2.4.** A garantia prestada em títulos da dívida pública deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, da seguinte comprovação:

**4.2.4.1.** Origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento através de registro no balanço patrimonial da licitante;

**4.3.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente através do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM).

**4.4.** Ao Contratante cabe o direito de descontar do valor da garantia as parcelas de obras inadimplidas pela Contratada, conforme as cláusulas do contrato.



## **5. CLÁUSULA QUINTA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**5.1.** Os serviços contratados serão realizados sob a forma de execução indireta e no regime de empreitada por preço global.

**5.2.** A fiscalização da execução dos serviços objeto deste contrato será exercida pelo servidor André Luis Pereira Alves Carneiro, designado pelo Ato de Mesa nº 009/2026, podendo ser substituído por outro servidor da Administração, devidamente designado, sem prejuízo da continuidade da fiscalização.

**5.3.** A fiscalização técnica da execução dos serviços objeto deste contrato será exercida pelo Engenheiro Edilson da Cruz Souza, conforme Processo 18/2025 / Contrato nº 01/2026, podendo ser substituído por outro, devidamente designado, sem prejuízo da continuidade da fiscalização.

**5.4.** O acompanhamento da execução contratual será realizado por meio dos seguintes instrumentos de monitoramento:

- a)** Fiscalização periódica in loco, realizada pelos responsáveis designados pela **CONTRATANTE**;
- b)** Verificação da execução dos serviços;
- c)** Emissão de relatórios de acompanhamento e registro fotográfico, quando necessário;
- d)** Demais itens constantes no Edital e Termo de Referência.

**5.5.** O desempenho da **CONTRATADA** será avaliado segundo os seguintes critérios:

- a)** Qualidade e regularidade na execução dos serviços de manutenção e conservação dos jardins;
- b)** Cumprimento dos prazos e da periodicidade estabelecida para realização dos serviços;
- c)** Utilização de materiais em conformidade com as especificações do Termo de Referência;

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**6.1.** Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, no cumprimento do objeto do Contrato, e sem prejuízo de suas responsabilidades contratuais e legais, a contratada poderá subcontratar serviços especializados.

**6.1.1.** A contratada assumirá inteira responsabilidade pela execução dos serviços subempreitados, em conformidade com a legislação vigente de Segurança e Saúde do Trabalho, em particular as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

**6.1.2.** As subcontratações de serviços serão admitidas, desde que fundamentadas, previamente requeridas e aprovadas pela fiscalização.

**6.1.3.** Caberá ao subcontratante o acompanhamento e fiscalização das subcontratadas, em especial, para que as mesmas mantenham vigentes as condições de regularidade jurídica, fiscal e técnica.

**6.1.4.** A contratada incluirá em todos os contratos que vier a celebrar com os subcontratados, dispositivo que permita ao contratante exercer amplo acompanhamento e fiscalização de execução do objeto contratado, nos termos estabelecidos.

**6.1.5.** A subcontratada ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o contratante responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da subcontratada, quer por danos a terceiros, resultantes de sua ação, omissão ou negligência.

**6.1.6.** A contratada e a(s) subcontratada(s) deverão fornecer garantias dos produtos e serviços fornecidos.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO**

**7.1.** O valor total da contratação é de R\$ ( ).

**7.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução



do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – PAGAMENTO**

**8.1.** Os pagamentos pelos serviços executados, objeto desta **CONCORRÊNCIA**, serão efetuados por faturas mensais, diretamente para a **CONTRATADA**, após medição e liberação por parte da fiscalização, e aceite da Nota Fiscal referente a cada fatura, discriminando os serviços prestados, sendo que o valor medido dos serviços executados deverá ser igual ao valor previsto para cada etapa do Cronograma Físico-Financeiro da obra.

**8.1.1.** A Unidade Demandante, após a conferência e constatação de que os serviços foram prestados de acordo com o contrato, sob fiscalização do fiscal de contrato, dará o aceite na NF, e após a verificação da regularidade do fornecedor, realizará a liquidação e procederá aos encaminhamentos para pagamento dos valores devidos

**8.2.** Como condição para liberação de todas as parcelas, será verificada a regularidade fiscal do fornecedor.

**8.2.1.** A cada pagamento deverá ser consultada junto ao SICAF as certidões de regularidade com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o FGTS, as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**8.2.1.1.** Caso as certidões não estejam válidas ou não constem no SICAF, as mesmas deverão ser enviadas junto à Nota Fiscal.

**8.3.** No caso de serviços executados por subcontratadas, deverá ser apresentado o contrato celebrado entre as partes (**CONTRATADA E SUBCONTRATADA**) bem como as certidões de regularidade com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o FGTS, as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas em conjunto com as da contratada.

**8.4.** Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, devidamente corrigida.

**8.5.** Os pagamentos serão efetuados no prazo de 20 (vinte) dias contados da apresentação das faturas corretas e da autorização do responsável pela fiscalização do mesmo pela administração.

**8.6.** Caso o contratante venha a efetuar algum pagamento após o vencimento contratual, por sua exclusiva responsabilidade e sem justificativa aceita, o valor em atraso será acrescido de encargos financeiros calculados com base no IGPM - FGV (Índice Geral de Preços no Mercado), a partir do prazo estipulado para o pagamento, devendo ser este o índice utilizado para qualquer situação corrente, relativa ao presente instrumento, e na sua falta, aquele que vier a substituí-lo.

**8.7.** A comprovada infringência de disposição contratual implicará na retenção de pagamento, até final solução, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

**8.8.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de valor ou a compensação financeira.

**8.9.** A Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos desta **CONCORRÊNCIA**.

**8.10.** Em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e o Decreto Municipal nº 6901/2023 as empresas ficam obrigadas a informar as retenções de IR pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

**8.10.1.** A empresa a qual for isenta deverá apresentar declaração conforme anexo II e III da Instrução Normativa



RFB nº 1234/2012.

**8.11.** A Câmara Municipal informa que não possui convênio, sendo assim não se aplica o disposto no art. 33 da Lei Federal nº 10833/2003

**8.12.** Para efeito de pagamento, a Administração verificará a regularidade do CONTRATADO junto ao INSS e ao FGTS. Caso sejam identificadas irregularidades, o pagamento ficará suspenso até que a situação seja devidamente regularizada, em conformidade com a legislação vigente e com as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**8.13.** A Câmara Municipal poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, total ou parcialmente, nos seguintes casos:

- a) Execução defeituosa dos serviços;
- b) Descumprimento de qualquer obrigação legal relacionada ao objeto deste Contrato ou do Edital.

## **9. CLÁUSULA NONA – REAJUSTE**

**9.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**9.2.** Em hipótese de reajuste, após um ano da consolidação do orçamento estimado, o critério de reajuste será a variação do INCC DI/FGV-índice Nacional da Construção Civil, ou por outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

**9.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**9.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**9.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**9.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possam mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vierem a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**9.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**9.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**9.9.** É vedada a aplicação de reajuste em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, conforme dispõe o art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**10.1.** São obrigações do Contratante, além das previstas no Termo de Referência:

**10.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**10.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**10.4.** Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as





soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

**10.5.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

**10.6.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, conforme Decreto Federal nº 11.246 de 2022 e art. 187 da Lei nº 14.133, de 2021;

**10.7.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**10.8.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**10.9.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**10.10.** Cientificar o órgão de representação judicial competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**10.11.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**10.12.** A Administração terá o prazo de 2 (dois) meses, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**10.13.** Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**10.14.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**11.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no Termo de Referência:

**11.2.** Indicar preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

**11.3.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**11.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**11.5.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**11.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**11.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código



de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**11.8.** Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

**11.9.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**11.10.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**11.11.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**11.12.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**11.13.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**11.14.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**11.15.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**11.16.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**11.17.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**11.18.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**11.19.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**11.20.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);



**11.21.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

**11.22.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**11.23.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**11.24.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**11.25.** Em conformidade com a Norma Regulamentadora **NR-01**, a **CONTRATADA** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, para a apresentação dos programas **PGR** e **PCMSO**, em virtude das atividades relacionadas ao objeto licitado estarem inseridas em Grau de Risco.

**11.26.** A apresentação dos programas de **PGR** e **PCMSO**, deverá estar dentro da vigência estipulada conforme NR-01.

**11.26.1.** Caso seja o programa de **PGR** e **PCMSO** informe a necessidade de utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), os mesmos deverão ser fornecidos pela **CONTRATADA**.

**11.27.** Observar as demais obrigações do Termo de Referência.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

**12.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**12.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**12.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**12.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**12.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**12.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**12.7.** O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**12.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**12.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte



realizado.

**12.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**12.11.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**12.12.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**12.13.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**III.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**IV.** Multa, considerando os seguintes parâmetros:

Falha apurada	Fundamento legal	Sanção	Multa
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Lei 14.133/2021, art. 155, inc. I	Advertência	De 6 a 20% do valor faturado no mês do inadimplemento
Deixar de manter as condições de habilitação, após a homologação do certame licitatório inviabilizando procedimentos específicos da Contratante, como a prorrogação contratual ou o registro de empenho	Lei 14.133/2021, art. 155, inc. I	Advertência	De 5% calculada sobre o valor anual do contrato.
Interromper a prestação dos serviços após iniciada a execução do Contrato sem justificativa	Lei 14.133/2021, art. 155, inc. II	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Municipal por até 1 ano	Até 10% do valor total remanescente da obrigação



Deixar de ressarcir danos ao patrimônio da Contratante ou à integridade física ou patrimonial de terceiros, em decorrência de ação ou omissão durante a execução do Contrato	Lei 14.133/2021, art. 155, inc. I	Advertência	Multa Compensatória de até 10% do valor faturado no mês do inadimplemento, sem prejuízo das demais custas com o ressarcimento dos danos causados. Moratória de 0,2% por dia em que a falha persistir.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Lei 14.133/2021, art. 155, inc. II	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Municipal por até 1 ano	Agravada em 50% em relação à prevista para os casos de advertência
Dar causa à inexecução total do contrato	Lei 14.133/2021, art. 155, inc. III	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Municipal por até 3 anos	Até 30% em relação ao valor total do Contrato
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado	Lei 14.133/2021, art. 155, inc. VII	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Municipal por até 2 anos	Até 10% em relação ao valor total do Contrato
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Lei 14.133/2021, art. 155, inc. VIII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total do Contrato
Fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal	Lei 14.133/2021, art. 155, inc. VIII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total do Contrato
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Lei 14.133/2021, art. 155, inc. IX	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos	Até 30% do valor total do Contrato





		os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	
Comportar-se de modo inidôneo	Lei 14.133/2021, art. 155, inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total do Contrato
Cometer fraude de qualquer natureza	Lei 14.133/2021, art. 155, inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total do Contrato
Omitir informações em notas fiscais	Lei 14.133/2021, art. 155, inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total do Contrato
Falsificar ou alterar notas fiscais	Lei 14.133/2021, art. 155, inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total do Contrato
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Lei 14.133/2021, art. 155, inc. XII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da	Até 30% do valor total do Contrato





		Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	
--	--	--	--

**13.3.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 14.133/21 inclusive, responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

**13.4.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**13.5.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**13.6.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**13.7.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**13.8.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.9.** O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente na Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

**13.10.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**13.11.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.12.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratante, sem justificativa, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

**13.12.1.** Prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

**13.12.2.** Cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

**13.12.3.** Critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

**13.12.4.** Compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

**13.13.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):



- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.14.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

**13.15.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**13.16.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**13.17.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

**13.18.** Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Fazenda Rio Grande, podendo ser descredenciado do SICAF, ficando impedido de participar de licitações públicas pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e demais cominações legais.

**13.19.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e constarão dos registros próprios de controle municipal.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**14.1.** O contrato poderá ser extinto:

- a) por ato unilateral e escrito da Administração (ressalvada culpa da própria Administração);
- b) por acordo entre as partes (inclusive por mediação ou comitê de resolução de disputas);
- c) por decisão arbitral ou judicial.

**14.2.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**14.3.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**14.4.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



**14.4.1.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**14.5.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e ampla defesa.

**14.5.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**14.5.2.** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.5.3.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.6.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**14.6.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**14.6.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.6.3.** Indenizações e multas.

**14.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

**14.8.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**15.1.** A Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande emitirá ordem de serviço, que contemplará todas as informações necessárias para a execução do serviço.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.** O pagamento decorrente do objeto desta contratação correrá à conta dos recursos da dotação orçamentária de elemento número 4.4.90.51 do Orçamento Próprio da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

**17.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES**

**18.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**18.1.1.** A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as supressões que se fizerem nos **SERVIÇOS** até 25% (vinte e cinco por cento) e os acréscimos de até 50% (cinquenta por cento) do valor do **CONTRATO**, conforme previsto no art. 125 da Lei nº 14.133 de 2021, atualizado nos termos da lei.



**18.2.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

**18.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos ou previsão normativa, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021);

**18.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NOVA – PUBLICAÇÃO**

**19.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO**

**20.1.** Fica eleito o foro regional de Fazenda Rio Grande, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente

**20.2.** As partes firmam o presente contrato, em vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Fazenda Rio Grande, XX de XX de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Presidente da Câmara  
Contratante

XXXXXXXXXXXX  
REPRESENTANTE DA CONTRATADA  
Contratada



**ANEXO V**  
**TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE OBRA DE REFORMA**

**Termo de recebimento provisório nº /202X**

**Contrato administrativo nº /202X**

**Processo administrativo nº 15/2026**

**Contratada:**

**CNPJ:**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para a execução da reforma do Plenário da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande/PR, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transportes, administração da obra e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo serviços técnicos/profissionais correlatos, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes da contratação.

Aos xx dias do mês de xxxx de 202x, o Fiscal do Contrato abaixo identificado, designado por meio do Ato nº09/2026, após proceder à vistoria técnica da obra objeto do Contrato Administrativo acima identificado, em observância ao disposto no artigo 140, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021, lavra o presente:

**TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.**

**1. DA VISTORIA E EXECUÇÃO**

Após inspeção realizada nas dependências da Câmara Municipal, verificou-se que os serviços contratados foram executados de acordo com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, especificações técnicas e demais documentos integrantes da contratação.

Constatou-se que:

- ( ) A obra foi integralmente concluída;
- ( ) A obra encontra-se substancialmente concluída, restando apenas pequenos ajustes que não comprometem sua utilização;
- ( ) Foram realizados os testes e verificações técnicas previstos contratualmente;
- ( ) Foram entregues os documentos técnicos exigidos, incluindo ART/RRT, manuais, certificados e garantias.

**2. DAS PENDÊNCIAS E RESSALVAS**

Durante a vistoria foram constatadas as seguintes pendências, que deverão ser sanadas pela contratada:

1. \_\_\_\_\_;
2. \_\_\_\_\_;
3. \_\_\_\_\_.

Prazo para regularização: \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias.

**3. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

Considerando o estágio de execução da obra e a verificação de sua conformidade com as exigências contratuais, fica **RECEBIDA PROVISORIAMENTE** a obra de reforma objeto do Contrato Administrativo nº xx/202x para os fins previstos no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O recebimento definitivo ficará condicionado:

- I. À correção das eventuais pendências apontadas neste termo;
- II. À comprovação do atendimento integral das obrigações contratuais;
- III. À realização de nova vistoria e emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

O presente recebimento provisório não afasta nem reduz as responsabilidades da contratada quanto à



qualidade dos serviços executados, à solidez e segurança da obra, às garantias legais e contratuais e aos demais encargos previstos na legislação vigente.

E, para constar, lavra-se o presente Termo de Recebimento Provisório, o qual deverá ser assinado digitalmente.

Fazenda Rio Grande, xx de xxxx de 202x

**XXXXXXXXXX**  
Gestor do Contrato

**XXXXXXXXXX**  
Fiscal de contrato

**XXXXXXXXXX**  
Fiscal técnico

**XXXXXXXXXX**  
Representante da Contratada

**XXXXXXXXXX**  
Responsável técnico da Contratada

**XXXXXXXXXX**  
Gerente de Obras

**XXXXXXXXXX**  
Diretor Técnico





**ANEXO VI**  
**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA DE REFORMA**

**Termo de recebimento definitivo nº /202X**

**Contrato administrativo nº /202X**

**Processo administrativo nº 15/2026**

**Contratada:**

**CNPJ:**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para a execução da reforma do Plenário da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande/PR, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transportes, administração da obra e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo serviços técnicos/profissionais correlatos, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes da contratação.

Aos xx dias do mês de xxxxx de 202x, os fiscais e o gestor de contrato abaixo identificados, designados pelos Atos nº 09/2026 e nº xx/202x, procedeu à vistoria final da obra objeto do Contrato Administrativo nº xx/202x, em conformidade com o disposto no art. 140, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021.

**1. DOS ANTECEDENTES**

Considerando que:

- a) Foi emitido o Termo de Recebimento Provisório nº em xx/xx/202x;
- b) Transcorreu o período necessário para observação do comportamento da obra e verificação de sua adequação às especificações contratuais;
- c) Foram sanadas as pendências e ressalvas eventualmente registradas no Termo de Recebimento Provisório;
- d) Foram apresentados os documentos técnicos exigidos contratualmente, incluindo ART/RRT de execução, certificados, garantias e demais documentos pertinentes;
- e) Foi realizada vistoria final pelo contratante.

Passa-se à formalização do recebimento definitivo.

**2. DA VISTORIA FINAL**

Após inspeção detalhada da obra, verificou-se que:

- Os serviços executados atendem aos projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos e demais documentos que compõem o contrato;
- As condições de segurança, funcionalidade e acabamento mostram-se compatíveis com o objeto contratado;
- Não foram identificadas inconformidades que impeçam a aceitação definitiva da obra;
- As exigências contratuais foram cumpridas pela contratada.

**3. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO**

Diante da verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais e da conformidade da obra com os requisitos técnicos estabelecidos, o (Nome do responsável pelo recebimento definitivo) **RECEBE DEFINITIVAMENTE** a obra de reforma objeto do Contrato Administrativo nº xx/202x.

O presente recebimento definitivo autoriza o encerramento da fase de execução contratual, sem prejuízo:

- I. Da responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança da obra, nos termos da legislação aplicável;
- II. Das garantias contratuais e legais eventualmente vigentes;



- III. Da apuração de responsabilidades por vícios ocultos que venham a ser constatados posteriormente;
- IV. Das demais responsabilidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Código Civil.

#### 4. DO ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a registrar, lavra-se o presente Termo de Recebimento Definitivo, o qual deverá ser assinado digitalmente.

Fazenda Rio Grande, xx de xxxx de 202x

**XXXXXXXXXX**  
Gestor do Contrato

**XXXXXXXXXX**  
Fiscal de contrato

**XXXXXXXXXX**  
Fiscal técnico

**XXXXXXXXXX**  
Representante da Contratada

**XXXXXXXXXX**  
Responsável técnico da Contratada

**XXXXXXXXXX**  
Gerente de Obras

**XXXXXXXXXX**  
Diretor Técnico



**ANEXO VII**

**I. RESUMO BDI**

RESUMO COM BDI			
ITEM	SERVIÇOS	%	TOTAL
0	SERVIÇOS TÉCNICOS - PROFISSIONAIS		R\$ 220.000,00
0.1	MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA		R\$ 216.000,00
0.2	SPT		R\$ 4.000,00
	SEM BDI		R\$ 220.000,00
1	SERVIÇOS PRELIMINARES		R\$ 20.278,13
1.1	LICENCIAMENTO/ACOMPANHAMENTO/SEGURO		R\$ 20.278,13
	SEM BDI		R\$ 20.278,13
2	PROTEÇÕES		R\$ 22.595,95
	BDI	25,00%	R\$ 28.244,54
3	REMOÇÕES E DEMOLIÇÕES		R\$ 39.697,27
	BDI	25,00%	R\$ 49.621,59
4	REFORÇO ESTRUTURAL E ESTRUTURA NOVA (ESTRUTURA)		R\$ 248.289,12
	BDI	25,00%	R\$ 310.361,40
5	COBERTURA		R\$ 163.460,36
	BDI	25,00%	R\$ 204.325,45
6	ALVENARIA / REBOCO / CONTRAPISO		R\$ 237.105,44
6.1	ALVENARIAS		R\$ 82.548,31
6.2	REBOCO		R\$ 93.038,40
6.3	CONTRAPISO		R\$ 15.510,31
6.4	CONCRETO		R\$ 46.008,42
	BDI	25,00%	R\$ 296.381,80
7	IMPERMEABILIZAÇÃO		R\$ 17.571,56
	BDI	25,00%	R\$ 21.964,45
8	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS/GÁS		R\$ 39.382,66
8.1	APROVEITAMENTO DAS REDES EXISTENTES		R\$ 0,00
8.2	REDES NOVAS		R\$ 12.320,84
8.3	INSTALAÇÕES		R\$ 27.061,82
	BDI	25,00%	R\$ 49.228,33
9	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS/LÓGICAS		R\$ 52.937,62
9.1	APROVEITAMENTO REDES EXISTENTES		R\$ 0,00
9.2	REDES NOVAS EMBUTIDAS		R\$ 19.367,50
9.3	REDES NOVAS SOBREPOR		R\$ 0,00
9.4	INSTALAÇÕES		R\$ 33.570,12
	BDI	25,00%	R\$ 66.172,03
10	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO		R\$ 46.909,70
10.1	INFRAESTRUTURA		R\$ 5.544,00
10.2	INSTALAÇÃO FINAL		R\$ 41.365,70
	BDI	25,00%	R\$ 58.637,13
11	ESQUADRIAS		R\$ 262.911,03
	BDI	25,00%	R\$ 328.638,79
12	GESSO		R\$ 55.276,07
12.1	AJUSTES EM FORRO DE GESSO EXISTENTE		R\$ 1.626,12
12.2	FORRO		R\$ 33.633,45
12.3	PAREDES		R\$ 20.016,50
	BDI	25,00%	R\$ 69.095,09
13	REVESTIMENTOS		R\$ 153.792,49
13.1	PISO INTERNO (VINÍLICOS E LAMINADOS)		R\$ 113.932,35
13.2	PISO INTERNO (PINTURAS / CIMENTO QUEIMADO)		R\$ 0,00
13.3	PISO INTERNO (CERÂMICAS)		R\$ 27.789,20
13.4	PISO INTERNO (MADEIRAS)		R\$ 0,00
13.5	PISO EXTERNO		R\$ 0,00
13.6	PAREDES INTERNAS		R\$ 12.070,94
13.7	PAREDES EXTERNAS		R\$ 0,00
	BDI	25,00%	R\$ 192.240,61
14	PINTURA		R\$ 91.151,26
14.1	EMASSAMENTO		R\$ 54.410,58
14.2	PINTURA		R\$ 36.740,69
14.3	PINTURAS SOBRE METAIS / MADEIRAS		R\$ 0,00
	BDI	25,00%	R\$ 113.939,08
15	SERVIÇOS FINAIS		R\$ 1.844,43
	BDI	25,00%	R\$ 2.305,53
16	ALUGUEIS DE EQUIPAMENTO		R\$ 22.850,00
	BDI	25,00%	R\$ 28.562,50
17	MARCNARIA/MARMORARIA/DECORAÇÃO		R\$ 641.172,15
	BDI	25,00%	R\$ 801.465,19
		CUSTOS DIRETOS	R\$ 2.337.225,23
		BDI 25%	1,25
		VALOR TOTAL DA OBRA	R\$ 2.861.462,01



## **II. MEMORIAL DESCRITIVO**

### **Reforma do Plenário da Câmara de Fazenda Rio Grande**

#### **1. OBJETO**

O presente Memorial Descritivo fixa, de forma detalhada, as condições, critérios, orientações e premissas técnicas para a execução da obra de reforma do plenário da Câmara de Fazenda Rio Grande, compreendendo os ambientes internos e externos diretamente relacionados à intervenção, bem como os serviços complementares necessários ao perfeito funcionamento, acabamento e compatibilização da obra.

Este documento deverá ser utilizado como referência executiva para planejamento, contratação, suprimentos, fiscalização e execução dos serviços, em conjunto com os projetos específicos, detalhes executivos, pranchas, quantitativos e demais documentos técnicos integrantes do conjunto de projeto.

Todo trabalho deve ser realizado com base na Norma Técnica NBR 15575 – Desempenho de edificações.

#### **2. PREMISSAS GERAIS PARA EXECUÇÃO**

O não cumprimento das orientações descritas neste documento pode afetar o desempenho, a qualidade final, a durabilidade dos sistemas executados e a compatibilização entre os serviços, portanto, recomenda-se o fiel atendimento de todas as instruções aqui estabelecidas.

Toda e qualquer dúvida que ocorrer durante a execução da obra, bem como incompatibilização entre os projetos, divergências entre medidas, interferências de obra existentes ou intenções de alteração de materiais, sistemas ou soluções, deverá ser consultada previamente junto aos autores dos respectivos projetos e aos Responsáveis Técnicos. Na ausência dessa consulta, fica vetada a responsabilidade técnica por modificações executadas sem anuência.

Todas as medidas deverão ser aferidas no local antes do início da execução. Nenhum elemento deverá ser produzido, encomendado, adaptado ou instalado exclusivamente com base em medidas estimadas, aproximadas ou obtidas sem conferência em campo.

Todas as empresas terceirizadas e fornecedores deverão realizar medição em obra antes da execução de seus respectivos serviços, especialmente marcenaria, serralheria, vidros, esquadrias, comunicação visual, instalações, revestimentos especiais e acabamentos sob medida.

Todo trabalho deve ser realizado com base na Norma Técnica NBR 15575

Norma Regulamentadora número 18

Demais questões não abordadas neste documento e que possam interferir na qualidade, segurança, estética, funcionalidade ou desempenho da obra deverão ser submetidas aos Responsáveis Técnicos para definição prévia.

#### **2. ESCOPO GERAL DA INTERVENÇÃO**

A intervenção contempla a reformulação do plenário e de seus ambientes de apoio, incluindo adequações arquitetônicas, construtivas, elétricas, hidráulicas, de acabamentos e de infraestrutura de apoio aos usuários, vereadores, funcionários e público.

Os ambientes contemplados pela intervenção incluem, entre outros:

Recepção;  
Sanitário PCD;  
Lavabos comuns;  
D.M.L.;  
Depósito / almoxarifado;  
Plenário;  
Corredor de acesso ao plenário e refeitório;  
Sala de reunião;  
Copa e refeitório;  
Corredor dos vestiários;  
Vestiário masculino e banheiro masculino;



Vestiário feminino e banheiro feminino;  
Sala de áudio e vídeo;  
Área externa de acesso, permanência, bicicletário, acesso a medidores e circulação de veículos/pedestres.

### **3. LEVANTAMENTO, COTAS E CONFERÊNCIAS DE CAMPO**

Conferir todas as medidas no local antes da execução do projeto.  
Conferir prumo, esquadro de paredes, dimensões de vãos, níveis de piso, pé-direito, espessuras executadas e interferências existentes antes do início das frentes de serviço.  
Conferir previamente as especificações de eletrodomésticos, louças, metais, equipamentos, luminárias, perfis de LED, projetores e demais itens que impliquem recortes, nichos, reforços ou pontos específicos.  
Qualquer divergência identificada entre projeto e situação real deverá ser informada antes da execução.

### **4. SERVIÇOS PRELIMINARES E ORGANIZAÇÃO DA OBRA**

Promover isolamento adequado das áreas em obra, protegendo setores adjacentes em uso, mobiliários remanescentes, esquadrias, circulações e equipamentos existentes.  
Executar a retirada, demolição e desmontagem dos elementos previstos em projeto de forma controlada, com destinação apropriada de resíduos e sem comprometer sistemas permanentes que permanecerão em uso.  
Manter o canteiro limpo, organizado e sinalizado durante toda a execução.  
Planejar a obra por etapas, de forma a minimizar interferências operacionais e permitir a correta compatibilização entre serviços civis, instalações e acabamentos.  
Todo trabalho deve ser realizado com base na Norma Regulamentadora número 18 e na Norma Técnica NBR 15112 – Resíduos

### **5. ALVENARIA, DRYWALL E CONSTRUÇÃO**

As novas aberturas de portas deverão possuir verga; as novas aberturas de janelas deverão possuir verga e contraverga.  
As paredes em drywall a executar deverão conter reforço em OSB de 2 cm nas regiões necessárias à fixação de marcenaria, painéis, bancadas, louças, metais, barras de apoio, equipamentos e demais elementos suspensos.  
Recomenda-se conferir e/ou alinhar o prumo e o esquadro de todas as paredes, forros e lajes, principalmente para o levantamento de medidas destinado à execução de marcenaria e acabamentos modulados.  
Interfaces entre alvenaria existente, novas vedações e fechamentos em drywall deverão receber tratamento adequado, prevenindo fissuração, desalinhamento e patologias de acabamento.  
Para construção em drywall deverá seguir o contido na Normas Técnicas NBR 15758 – Drywall  
Para construção em alvenaria deverá seguir o contido na Norma Técnica NBR 8545 – Alvenaria

### **6. PISOS, RODAPÉS E SOLEIRAS**

Os sistemas de piso e arremates deverão seguir as especificações de projeto, observando-se as paginações propostas e as características de cada ambiente.  
É necessário o nivelamento de todo o piso após a retirada dos pisos existentes, a fim de receber corretamente os novos acabamentos e garantir desempenho, planicidade e compatibilização com portas, mobiliários e transições.  
Aplicar manta de impermeabilização no piso dos banheiros, depósito, D.M.L. e refeitório, bem como nas paredes das áreas molháveis, até 150 cm de altura, observadas as condições de substrato, sobreposição e cura do sistema.  
A paginação do piso da recepção foi considerada para porcelanato no formato 120 x 120 cm.  
A paginação do plenário e da sala de reunião foi considerada para carpete em placas de 50 x 50 cm.  
A paginação dos vestiários foi considerada para porcelanato no formato 84 x 84 cm.  
A paginação do refeitório foi considerada para piso vinílico em duas cores.  
Cada ambiente possui paginação própria; eventual alteração dos formatos propostos pode afetar diretamente a quantidade de peças, o rendimento dos materiais, a estética final e a compatibilização com outros itens previstos.



Caso seja necessária alguma soleira na divisa entre ambientes, aconselha-se executá-la com o próprio porcelanato do piso ou utilizar perfil de transição em “L”, na cor prata, da marca LHD ou similar, instalado no mesmo momento da execução dos porcelanatos.

Foi considerado rodapé de poliestireno branco com 10 cm de altura para todos os ambientes, exceto vestiários, nos quais há revestimento de porcelanato nas paredes.

Normas Técnicas aplicáveis NBR 13753 e NBR 13818

## **7. IMPERMEABILIZAÇÃO**

Prever impermeabilização com argamassa polimérica no piso dos banheiros e nas paredes até 150 cm de altura nas áreas molhadas, além de rodapé de 20 cm nas áreas molháveis.

Aplicar 03 demãos do sistema especificado, respeitando preparo da base, tempo de cura, reforços em cantos e passagens de tubulação.

Os serviços de impermeabilização deverão ser executados antes dos revestimentos finais, com verificação de integridade, estanqueidade e continuidade do sistema.

Normas Técnicas aplicáveis NBR 9575 e NBR 9574

## **8. FORROS**

Os forros deverão conter tabica de 2 cm onde indicado em projeto.

Os forros deverão conter reforço onde houver instalação de perfil de LED embutido, luminárias pendentes, projetor e demais equipamentos que exijam suporte adicional.

A modulação, recortes e interferências dos forros deverão ser compatibilizados previamente com elétrica, climatização, áudio e vídeo e demais instalações, evitando improvisos em campo.

Aplicar o contido na Norma Técnica NBR 16415

## **9. REVESTIMENTOS E ACABAMENTOS**

A paginação dos revestimentos foi feita com base nos formatos sugeridos e descritos no projeto. Caso os formatos sejam alterados, recomenda-se nova paginação para melhor aproveitamento das peças e manutenção da composição prevista.

A paginação das paredes dos lavabos foi considerada com porcelanato 60 x 120 cm.

Nos vestiários e no refeitório, foi considerado revestimento 15 x 15 e pintura acrílica fosca, conforme indicado no projeto.

Os rejuntas estão com cores indicadas de acordo com os revestimentos sugeridos; caso os revestimentos sejam alterados, as cores dos rejuntas deverão ser revistas.

Os pisos internos em porcelanato deverão possuir acabamento acetinado. Não se aconselha acabamento polido para piso, em razão do risco de escorregamento quando molhado, podendo o polido ser utilizado em paredes, quando houver preferência e compatibilidade técnica.

Utilizar tinta acrílica com acabamento fosco para paredes e forros.

As soleiras de janelas e, quando necessário, as soleiras de portas, deverão ser em granito cinza andorinha ou similar, com face superior e borda externa polida ou escovada, 2 cm de espessura e sulco inferior formando pingadeira em toda a extensão do balanço de 2 cm.

As soleiras deverão ser assentadas com inclinação mínima de 10 graus para fora da edificação.

As janelas deverão ser apoiadas sobre as soleiras, observando nivelamento, vedação e acabamento.

Aplicar o contido nas Normas Técnicas NBR 13755 e NBR 13245

## **10. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

Os novos pontos elétricos, quando não indicados especificamente em planta, deverão seguir o padrão abaixo, sempre em relação ao piso acabado:

Tomada baixa: H = 30 cm;

Tomada média: H = 110 cm;

Tomada alta: H = 220 cm;

Interruptores: H = 110 cm;

Ponto de antena: H = 30 cm;

Ponto de internet: H = 30 cm;





Os pontos de elétrica que tiverem alturas diferentes do padrão deverão ter suas alturas expressamente indicadas em planta.

Os pontos elétricos existentes não representados em prancha deverão ser removidos.

A locação de pontos deverá ser compatibilizada com marcenaria, painéis, equipamentos de áudio e vídeo, mobiliário fixo, forros e paginação de revestimentos.

Deverá ser verificada a capacidade dos circuitos, proteção, aterramento e adequação dos quadros e alimentações existentes, sempre em conformidade com as normas vigentes e com o projeto específico.

Aplicar o contido nas Normas Técnicas NBR 5410 e Norma Regulamentadora número 10

## **11. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS**

Os novos pontos de hidráulica, quando não indicados especificamente em planta, deverão seguir o padrão abaixo, sempre em relação ao piso acabado:

Água quente: H = 60 cm;

Água fria: H = 60 cm;

Esgoto: H = 50 cm;

Registro de gaveta: H = 220 cm;

Gás: H = 60 cm;

Válvula Hydra: H = 100 cm;

Ponto de água para vaso sanitário: H = 20 cm;

Os pontos de hidráulica que tiverem alturas diferentes do padrão deverão ter suas alturas indicadas em planta.

Os pontos hidráulicos existentes não representados em prancha deverão ser removidos.

Deverão ser observadas as declividades mínimas, condições de ventilação, estanqueidade, acesso para manutenção e compatibilização com louças, bancadas, metais e revestimentos.

Aplicar o contido nas Normas Técnicas NBR 5626 e NBR 8160

## **12. INSTALAÇÕES DE CLIMATIZAÇÃO**

O sistema de climatização deverá ser executado conforme a ABNT NBR 16401, contemplando equipamentos, infraestrutura frigorígena, drenos, alimentação elétrica e compatibilização com forros. Todos os pontos deverão ser previamente compatibilizados com os projetos complementares. Deverá ser definido o tipo de sistema adotado, posicionamento de unidades evaporadoras e condensadoras, interligações frigorígenas, drenagem e controle acústico.

## **13. INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO**

Deverá ser prevista infraestrutura completa para sistemas de dados, CFTV, áudio e vídeo, incluindo eletrodutos, caixas de passagem e espaços técnicos. O cabeamento e equipamentos serão executados por empresa especializada. Deverá contemplar sistema de sonorização do plenário, microfones, gravação, transmissão, painéis e rack técnico.

Observação: O fornecimento e instalação de cabeamento estruturado, sistemas de CFTV, áudio e vídeo não fazem parte deste escopo, sendo prevista apenas a infraestrutura necessária.

## **14. SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO**

A edificação deverá atender às exigências do Corpo de Bombeiros, incluindo extintores, sinalização, iluminação de emergência, alarme e hidrantes, conforme normas aplicáveis. A edificação enquadra-se como local de reunião de público, devendo atender às normas do Corpo de Bombeiros aplicáveis.

## **15. ACESSIBILIDADE**

Todos os ambientes deverão atender integralmente à ABNT NBR 9050, incluindo dimensões mínimas,



barras de apoio, áreas de circulação e acessibilidade universal.

## **16. ESQUADRIAS E VIDROS**

As esquadrias deverão atender aos requisitos de desempenho, estanqueidade e segurança, utilizando materiais compatíveis e vidros de segurança conforme as normas vigentes.

## **17. DRENAGEM PLUVIAL**

O sistema pluvial deverá contemplar captação, condução e destinação adequada das águas, com calhas, condutores e interligações conforme projeto.

## **18. COBERTURA / TELHADO**

A cobertura deverá ser executada com telhas termoacústicas duplas, com isolamento em isopor e inclinação de 15%, conforme indicado em projeto.

Toda a execução deverá observar arremates, fixações, estanqueidade, escoamento pluvial e compatibilização com calhas, rufos, clarabóias e demais pontos singulares.

Aplicar o contido na Norma Técnica NBR 6123

## **19. COMPATIBILIZAÇÃO COM ELEMENTOS ESPECIAIS**

A execução deverá considerar a compatibilização integral com marcenaria fixa, painéis, clarabóias, equipamentos de projeção, sistemas de áudio e vídeo, luminárias especiais, louças, metais e itens complementares previstos.

Antes da execução de nichos, recortes, rasgos, passagens e reforços, deverá ser confirmada a especificação final dos itens a instalar.

Serviços que dependam de medidas finas, como marcenaria e elementos sob encomenda, somente deverão ser liberados após a conclusão das bases e a conferência de campo.

Aplicar o contido na Norma Técnica NBR 16280

## **20. ENSAIOS, TESTES E COMISSIONAMENTO**

Deverão ser realizados testes de funcionamento em todos os sistemas instalados, incluindo elétrica, hidráulica, climatização e incêndio, antes da entrega final.

## **21. CONTROLE DE QUALIDADE E ENTREGA**

Todos os serviços deverão ser executados com mão de obra qualificada, materiais compatíveis com a especificação e observância às normas técnicas aplicáveis.

Deverão ser verificados alinhamento, nivelamento, esquadro, paginação, acabamento superficial, vedação, estanqueidade, funcionamento de instalações e integridade dos materiais antes da entrega.

Não serão aceitos acabamentos com desalinhamentos visíveis, peças lascadas, desníveis indevidos, recortes improvisados, falhas de rejunte, manchas de pintura, pontos sem vedação ou instalações sem acabamento final.

A obra deverá ser entregue limpa, testada, compatibilizada e em condições de uso.

Aplicar o contido na Norma Técnica NBR ISO 9001

## **22. DOCUMENTAÇÃO FINAL DA OBRA**

A obra deverá ser entregue com projetos 'as built', manuais técnicos, certificados e ARTs de execução.

## **23. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Este memorial deverá ser lido em conjunto com todas as pranchas e projetos complementares.

Em caso de divergência entre medidas levantadas em obra e informações constantes nos desenhos,



prevalecerá a consulta prévia aos Responsáveis Técnicos antes da execução.

Qualquer substituição de material, solução construtiva, acabamento ou equipamento deverá ser previamente validada, preservando desempenho técnico, padronização estética e compatibilidade geral da intervenção.



### **III. ESTRUTURA ANALÍTICA DA OBRA (EAP)**

#### **0. SERVIÇOS TÉCNICOS - PROFISSIONAIS**

- 0.1 Acompanhamento de obra
- 0.2 Ensaio SPT

#### **1. SERVIÇOS PRELIMINARES**

- 1.1 Mobilização de obra
- 1.2 Instalação de canteiro
- 1.3 Proteção e isolamento de áreas
- 1.4 Limpeza inicial

#### **2. REMOÇÕES E DEMOLIÇÕES**

- 2.1 Demolição de revestimentos
- 2.2 Remoção de louças e metais
- 2.3 Remoção de instalações elétricas
- 2.4 Remoção de instalações hidráulicas
- 2.5 Transporte e destinação de resíduos

#### **3. REFORÇO ESTRUTURAL E ESTRUTURA NOVA**

- 3.1 Escavações e fundações
- 3.2 Execução de estacas/blocos
- 3.3 Vigas baldrame
- 3.4 Reforços estruturais
- 3.5 Regularização e controle

#### **4. COBERTURA**

- 4.1 Execução de cobertura
- 4.2 Instalação de telhas
- 4.3 Rufos e calhas
- 4.4 Vedação

#### **5. ALVENARIA / REBOCO / CONTRAPISO / DRYWALL**

- 5.1 Execução de alvenarias
- 5.2 Execução de drywall
- 5.3 Vergas e contravergas
- 5.4 Revestimentos argamassados (reboco)
- 5.5 Regularização e contrapiso
- 5.6 Ajustes de prumo e esquadro

#### **6. IMPERMEABILIZAÇÃO**

- 6.1 Preparação de superfícies
- 6.2 Aplicação de impermeabilizante
- 6.3 Tratamento de áreas molhadas
- 6.4 Testes de estanqueidade

#### **7. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS / GÁS**

- 7.1 Instalações prediais de água fria
- 7.2 Esgoto sanitário
- 7.3 Drenagem e águas pluviais



#### 7.4 Adequação de redes

### 8. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS / LÓGICAS

- 8.1 Instalações elétricas prediais
- 8.2 Infraestrutura lógica e cabeamento estruturado
- 8.3 Sistemas complementares
- 8.4 Adequação de redes

### 9. INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO (INFRAESTRUTURA)

- 9.1 Infraestrutura frigorígena
- 9.2 Passagem de tubulações e dutos
- 9.3 Pontos de fixação e suportes

### 10. ESQUADRIAS

- 10.1 Instalação de esquadrias
- 10.2 Instalação de vidros
- 10.3 Vedação e ajustes

### 11. GESSO

- 11.1 Execução de forros de gesso
- 11.2 Reforços e estrutura de suporte
- 11.3 Compatibilização com instalações
- 11.4 Instalação de suportes e sancas

### 12. REVESTIMENTOS

- 12.1 Regularização de base
- 12.2 Assentamento de pisos
- 12.3 Assentamento de revestimentos
- 12.4 Execução de rodapés
- 12.5 Execução de soleiras
- 12.6 Rejuntes e selantes

### 13. PINTURA

- 13.1 Preparação e lixamento de superfícies
- 13.2 Aplicação de massa corrida
- 13.3 Pintura geral
- 13.4 Acabamentos e retoques

### 14. INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO (MÁQUINAS)

- 14.1 Instalação de equipamentos de ar condicionado
- 14.2 Testes e comissionamento de climatização
- 14.3 Ajustes finais de climatização

### 15. SERVIÇOS FINAIS

- 15.1 Instalação de luminárias
- 15.2 Instalação de louças e metais
- 15.3 Sistemas de segurança e prevenção a incêndio
- 15.4 Acessibilidade
- 15.5 Testes elétricos e hidráulicos
- 15.6 Ajustes finais



## **16. ALUGUEL DE EQUIPAMENTO**

- 16.1** Andaimos e plataformas
- 16.2** Caçambas e equipamentos de movimentação
- 16.3** Outros equipamentos necessários

## **17. MARCENARIA / MARMORARIA / DECORAÇÃO**

- 17.1** Fabricação e instalação de mobiliário sob medida
- 17.2** Instalação de bancadas e revestimentos especiais
- 17.3** Acabamentos decorativos
- 17.4** Limpeza final e entrega técnica

## **18. RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Responsável Técnico: \_\_\_\_\_

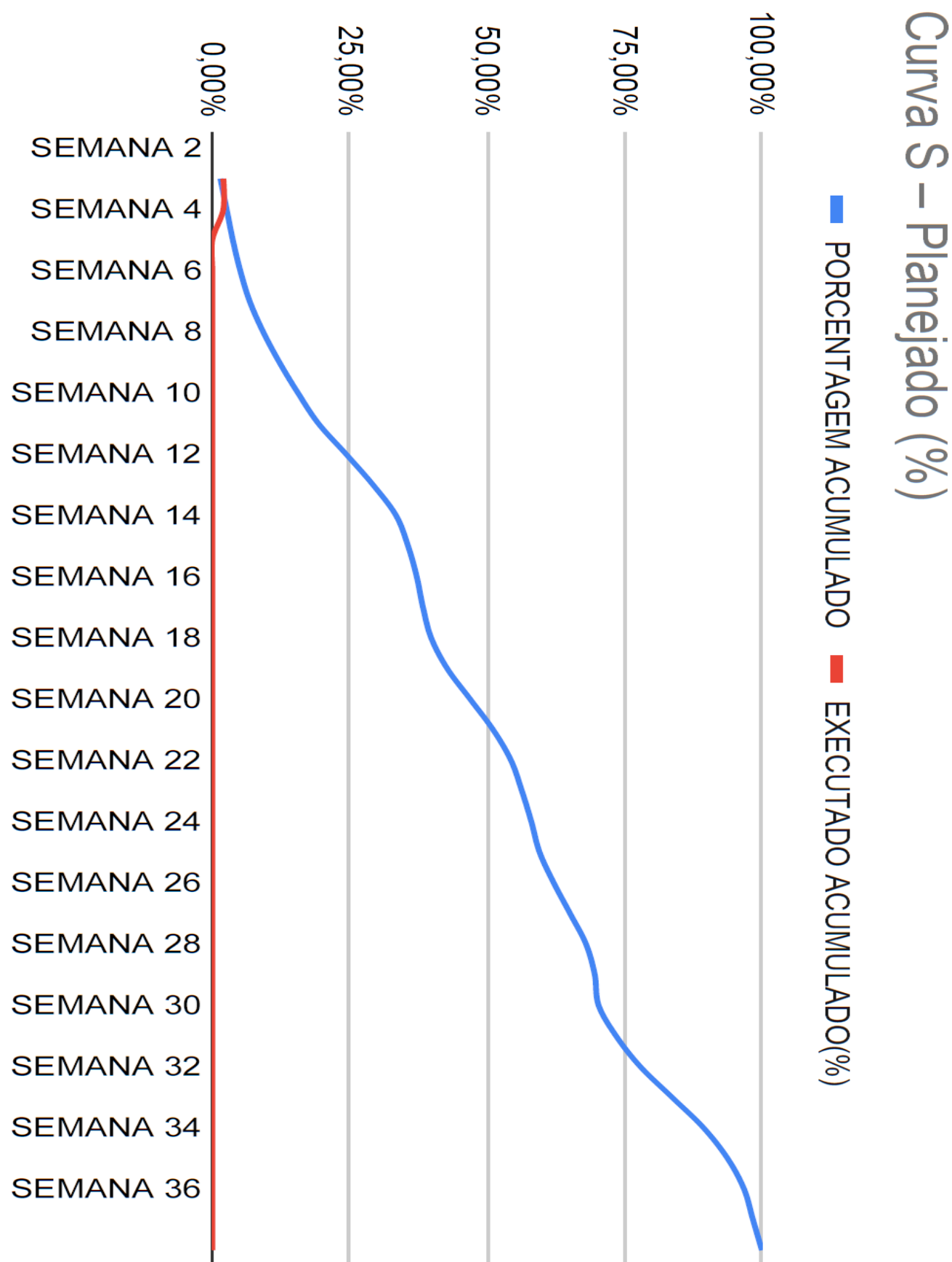
Registro CREA/CAU: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_





IV. CURVA “S”





## V. MATRIZ DE RISCO

### 1. IDENTIFICAÇÃO

Órgão Contratante: Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande/PR  
Objeto: Reforma do Plenário da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande/PR  
Regime de Execução: Empreitada por Preço Global  
Modalidade: Concorrência Pública  
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021  
Prazo de Execução: 36 semanas (9 meses)  
Valor Estimado: R\$ 2.861.462,01

### 2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Matriz de Risco foi elaborada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente art. 22 e art. 6º, inciso XXVII, além das normas técnicas da ABNT, Código Civil Brasileiro, Resolução CONAMA nº 307/2002, Lei Federal nº 12.305/2010 e demais legislações aplicáveis à execução de obras públicas de engenharia.

### 3. DIRETRIZES GERAIS

Os riscos foram distribuídos conforme a capacidade de gerenciamento e mitigação de cada parte contratual, visando equilíbrio econômico-financeiro, segurança jurídica e eficiência da execução contratual.

### 4. MATRIZ DE RISCO

N	RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	IMPACTO	PROB.	MEDIDAS MITIGADORAS
1	Divergências cadastrais	Diferenças entre projeto e situação real da edificação existente	Compartilhado	Alto	Média	Conferência prévia in loco, compatibilização técnica e comunicação imediata à fiscalização
	Interferências ocultas	Existência de tubulações, redes ou elementos estruturais não identificados previamente	Compartilhado	Alto	Média	Levantamentos complementares e inspeções técnicas antes das demolições
	Erros executivos	Falhas de execução, acabamento ou instalação	Contratada	Alto	Média	Supervisão técnica contínua, controle de qualidade e mão de obra qualificada
	Atraso na execução	Descumprimento do cronograma físico-financeiro	Contratada	Alto	Média	Planejamento executivo detalhado e controle semanal da obra



N	RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	IMPACTO	PROB.	MEDIDAS MITIGADORAS
	Incompatibilidade entre projetos	Conflitos entre disciplinas técnicas	Compartilhado	Alto	Média	Compatibilização técnica prévia e reuniões multidisciplinares
	Reajuste de insumos	Oscilação ordinária de preços de mercado	Contratada	Médio	Alta	Gestão de compras e planejamento de suprimentos
	Caso fortuito ou força maior	Eventos imprevisíveis como enchentes, desastres naturais ou calamidade pública	Contratante	Alto	Baixa	Reprogramação contratual e aplicação das medidas legais cabíveis
	Acidentes de trabalho	Acidentes envolvendo equipes ou terceiros	Contratada	Alto	Média	Atendimento integral às NR-06, NR-10, NR-18 e NR-35
	Falhas estruturais	Problemas decorrentes de execução inadequada das estruturas	Contratada	Alto	Baixa	Controle tecnológico, ensaios e acompanhamento técnico especializado
0	Necessidade de reforço estrutural adicional	Descoberta de patologias estruturais não identificadas previamente	Compartilhado	Alto	Média	Inspeções técnicas e emissão de parecer estrutural complementar
1	Atraso na emissão de licenças	Morosidade de órgãos públicos ou concessionárias	Contratante	Médio	Média	Planejamento institucional e acompanhamento junto aos órgãos competentes
2	Não conformidade com acessibilidade	Descumprimento da NBR 9050 e legislação correlata	Contratada	Alto	Baixa	Fiscalização técnica contínua e conferência de projeto executivo



N	RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	IMPACTO	PROB.	MEDIDAS MITIGADORAS
3	Não conformidade com PPCI	Inadequação às exigências do Corpo de Bombeiros	Compartilhado	Alto	Média	Compatibilização prévia e validação técnica dos sistemas
4	Problemas acústicos	Desempenho acústico insuficiente no plenário	Contratada	Médio	Média	Execução conforme especificações técnicas e laudos acústicos
5	Falhas em sistemas de áudio e vídeo	Mau funcionamento dos sistemas integrados	Contratada	Médio	Média	Testes operacionais, comissionamento e validação técnica
6	Resíduos da construção civil	Destinação inadequada de resíduos	Contratada	Alto	Média	Implementação obrigatória do PGRCC
7	Danos à edificação existente	Danos causados durante a obra em áreas não contempladas	Contratada	Alto	Média	Proteção física das áreas existentes e monitoramento contínuo
8	Paralisação da obra	Interrupção por problemas técnicos, financeiros ou administrativos	Compartilhado	Alto	Média	Gestão contratual ativa e monitoramento físico-financeiro
9	Descumprimento trabalhista	Irregularidades fiscais, previdenciárias ou trabalhistas	Contratada	Alto	Média	Controle documental e fiscalização contratual
0	Desabastecimento de materiais	Falta de materiais no mercado	Contratada	Médio	Média	Planejamento antecipado de compras e fornecedores alternativos
1	Contaminação ambiental	Descarte irregular ou poluição durante execução	Contratada	Alto	Baixa	Cumprimento da legislação ambiental e medidas mitigadoras



N	RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	IMPACTO	PROB.	MEDIDAS MITIGADORAS
2	Necessidade de alteração de escopo	Modificações determinadas pela Administração	Contratante	Alto	Média	Formalização via termo aditivo e reequilíbrio contratual quando cabível
3	Inexecução parcial da obra	Descumprimento contratual parcial	Contratada	Alto	Baixa	Fiscalização permanente e aplicação de sanções contratuais
4	Baixa produtividade da equipe	Desempenho insuficiente das equipes executoras	Contratada	Médio	Média	Gestão operacional e substituição de equipes inadequadas
5	Não realização prévia do SPT	Execução das fundações sem investigação geotécnica adequada	Contratada	Alto	Baixa	Realização obrigatória do ensaio SPT antes das fundações
6	Falha de impermeabilização	Infiltrações e patologias decorrentes de impermeabilização inadequada	Contratada	Alto	Média	Testes de estanqueidade e execução conforme ABNT NBR 9574 e NBR 9575
7	Falhas elétricas	Problemas de segurança ou desempenho nas instalações elétricas	Contratada	Alto	Média	Execução conforme NBR 5410, NBR 5419 e NR-10
8	Interferência na operação da Câmara	Impacto da obra sobre atividades institucionais	Compartilhado	Médio	Média	Planejamento operacional e segregação de áreas
9	Risco de incêndio durante execução	Incêndio decorrente das atividades da obra	Contratada	Alto	Baixa	Plano preventivo, extintores e treinamento das equipes



N	RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	IMPACTO	PROB.	MEDIDAS MITIGADORAS
0	Desequilíbrio econômico-financeiro extraordinário	Eventos excepcionais imprevisíveis que afetem substancialmente o contrato	Compartilhado	Alto	Baixa	Aplicação dos mecanismos legais previstos na Lei nº 14.133/2021

## 5. CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS

### CLASSIFICAÇÃO CRITÉRIO

Baixo Impacto reduzido sem comprometimento significativo do objeto

Médio Impacto moderado com necessidade de ajustes operacionais

Alto Impacto relevante em custo, prazo, segurança ou qualidade

### CLASSIFICAÇÃO CRITÉRIO

Baixa Evento improvável

Média Evento possível

Alta Evento recorrente ou esperado

## 6. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 6.1. Responsabilidades da CONTRATADA

Compete à CONTRATADA:

- executar integralmente os serviços conforme projetos e normas técnicas;
- garantir qualidade técnica e desempenho dos sistemas executados;
- responder pelos riscos inerentes à execução;
- manter responsável técnico habilitado durante toda a obra;
- cumprir integralmente normas trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de segurança;
- reparar danos causados à Administração ou terceiros;
- garantir conformidade dos materiais empregados;
- apresentar ART/RRT e demais documentos técnicos obrigatórios.

### 6.2. Responsabilidades da CONTRATANTE

- Compete à CONTRATANTE:
- disponibilizar documentação técnica necessária;
- realizar fiscalização contratual;
- garantir disponibilidade orçamentária;
- providenciar liberação institucionais e administrativas sob sua responsabilidade;
- promover análise e aprovação de medições;
- formalizar alterações contratuais quando necessárias.

## 7. GESTÃO E MONITORAMENTO DOS RISCOS

A gestão dos riscos será realizada durante toda a execução contratual mediante:

- reuniões periódicas de acompanhamento;
- emissão de relatórios técnicos;
- controle físico-financeiro;
- inspeções de conformidade;
- registro formal de ocorrências;





- atualização contínua do plano de ação mitigatória.

A fiscalização poderá exigir medidas corretivas imediatas sempre que identificado risco relevante à segurança, qualidade, funcionalidade ou continuidade da obra.

## **8. DISPOSIÇÕES FINAIS**

A presente Matriz de Risco integra os documentos técnicos da contratação e deverá ser observada conjuntamente com o Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, projetos executivos, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e demais documentos do processo administrativo.

## **9. ASSINATURAS**

Responsável pela elaboração

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo/Função: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_  
Setor Requisitante

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo/Função: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_  
Autoridade Competente

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo/Função: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_



## **VI. MEMORIAL DE CÁLCULO**

### **1. IDENTIFICAÇÃO**

Órgão Demandante: Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande/PR

Objeto: Reforma do Plenário da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande/PR.

Base de referência: SINAPI Curitiba/PR – janeiro/2026 – sem desoneração.

O presente Memorial de Cálculo tem por finalidade demonstrar a metodologia de quantificação, critérios de medição, premissas técnicas, compatibilização entre disciplinas e vinculação às composições referenciais SINAPI utilizadas na formação do orçamento da contratação pública.

### **2. METODOLOGIA**

Os quantitativos foram elaborados a partir da integração entre levantamento técnico da edificação existente, projetos executivos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e processos digitais de compatibilização multidisciplinar.

- Foram considerados:
- projetos arquitetônicos;
- projetos estruturais;
- projetos hidrossanitários;
- projetos elétricos e lógica;
- projeto de climatização;
- memorial descritivo;
- EAP da obra;
- planilhas orçamentárias;
- Estudo Técnico Preliminar;
- Termo de Referência.

Os quantitativos contemplam os insumos necessários à execução integral dos serviços, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, transportes, administração da obra e serviços técnicos correlatos.

#### **2.1. Metodologia de Quantificação, Compatibilização e Validação Técnica Digital**

Como metodologia complementar de validação técnica e redução de inconsistências, foram utilizados processos de apoio baseados em inteligência artificial aplicada à engenharia, análise de quantitativos e compatibilização construtiva.

A metodologia empregada contemplou:

- extração e conferência de quantitativos por ambiente;
- compatibilização entre disciplinas;
- validação cruzada entre projetos e planilhas;
- apoio automatizado na identificação de divergências;
- vinculação técnica às composições SINAPI;
- padronização de critérios de medição;
- mitigação de erros manuais de levantamento;
- rastreabilidade técnica dos quantitativos;
- organização digital de acabamentos e elementos construtivos.

A utilização de inteligência artificial ocorreu exclusivamente como ferramenta auxiliar de apoio técnico e conferência de dados, permanecendo toda a validação, responsabilidade técnica e aprovação final dos quantitativos sob responsabilidade dos profissionais habilitados responsáveis pela contratação.

A metodologia adotada buscou garantir maior eficiência operacional, precisão dos quantitativos, compatibilização multidisciplinar e aderência às composições referenciais do SINAPI Curitiba/PR – janeiro/2026, sem desoneração.



### 3. CRITÉRIOS GERAIS

As medições foram realizadas conforme critérios compatíveis com obras públicas e metodologia SINAPI, considerando:

áreas líquidas efetivamente executadas;  
descontos de vãos quando aplicáveis;  
medição por unidade, metro linear, metro quadrado ou metro cúbico conforme natureza do serviço;  
compatibilização entre projetos executivos;  
critérios técnicos de aferição e rastreabilidade.

#### 3.1 Critérios de Medição

SERVIÇO	UNIDADE	CRITÉRIO
Demolições	m <sup>2</sup> / m <sup>3</sup>	Área ou volume efetivamente removido
Estrutura	m <sup>3</sup> / kg	Volume de concreto e peso de aço
Revestimentos	m <sup>2</sup>	Área líquida executada
Pintura	m <sup>2</sup>	Área efetivamente pintada
Forros	m <sup>2</sup>	Projeção horizontal
Instalações elétricas	ponto / m	Pontos e infraestrutura instalada
Hidrossanitário	ponto / m	Tubulações e conexões
Climatização	conjunto / ponto	Infraestrutura e equipamentos
Marcenaria	un / m <sup>2</sup>	Elementos efetivamente instalados

#### 3.2 Normas Técnicas Adotadas

Foram observadas, entre outras:

ABNT NBR 9050 – Acessibilidade;  
ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas;  
ABNT NBR 5626 – Instalações hidráulicas;  
ABNT NBR 8160 – Esgoto sanitário;  
ABNT NBR 15575 – Desempenho de edificações;  
Lei Federal nº 14.133/2021;  
Cadernos Técnicos SINAPI.

### 4. DEMOLIÇÕES

Conforme EAP, os serviços compreendem:

- demolição de revestimentos;
- remoção de instalações elétricas;
- remoção de instalações hidráulicas;
- remoção de louças e metais;
- transporte e destinação de resíduos.

#### 4.1 Metodologia



Os quantitativos foram obtidos através da análise comparativa entre:

- levantamento cadastral existente;
- projeto de reforma;
- áreas efetivamente impactadas.
- Critérios Técnicos
- Remoções contabilizadas integralmente;
- Destinação de resíduos conforme CONAMA;
- Consideração de segregação e transporte em caçambas;
- Perdas incorporadas nos custos indiretos operacionais.

## **5. ESTRUTURA**

A EAP prevê:

- escavações;
- fundações;
- blocos;
- vigas baldrame;
- reforços estruturais.

### **5.1 Metodologia**

Os quantitativos estruturais foram levantados com base:

- nos projetos estruturais;
- no ensaio SPT previsto no ETP;
- nas dimensões geométricas dos elementos.
- Critérios de Medição

### **5.2 Concreto**

Medição em m<sup>3</sup> conforme volume geométrico.

### **5.3 Aço**

Medição em kg conforme detalhamento estrutural.

### **5.4 Formas**

Medição em m<sup>2</sup> de superfície de contato.

### **5.5 Justificativas Técnicas**

A adoção de reforços estruturais decorre:

- das adequações arquitetônicas;
- da ampliação do plenário;
- da compatibilização com novas cargas permanentes;
- da instalação de novos sistemas de climatização e forros.

## **6. ARQUITETURA**

Incluem-se serviços de:

- alvenaria;



- drywall;
- contrapiso;
- esquadrias;
- impermeabilizações;
- cobertura;
- adequações arquitetônicas;
- acabamentos internos e externos.

## 6.1 Metodologia

As áreas foram obtidas diretamente dos projetos arquitetônicos executivos.

## 6.2 Critérios Técnicos

Alvenarias:

Medição líquida descontando vãos superiores a 2,00 m².

Drywall:

Medição por face executada.

Contrapiso:

Área horizontal efetivamente regularizada.

Cobertura:

Área inclinada projetada.

## 7. REVESTIMENTOS

Os quantitativos de revestimentos, pisos, rodapés, soleiras e acabamentos foram medidos por ambiente, considerando áreas efetivamente executadas e critérios técnicos de aplicação.

Foram considerados:

- paginação dos revestimentos;
- recortes;
- acabamentos;
- perdas operacionais;
- ajustes executivos.

SERVIÇO	CRITÉRIO
Piso	Área líquida
Rodapé	Perímetro linear
Soleiras	Comprimento linear
Revestimento vertical	Área efetiva

## 8. PINTURA

As áreas de pintura foram calculadas conforme superfícies efetivamente executadas, incluindo:



- paredes;
- forros;
- elementos metálicos;
- esquadrias;
- acabamentos complementares.

### 8.1 Metodologia

Levantamento por área de superfície.

### 8.2 Critérios

- paredes: área líquida;
- forros: projeção horizontal;
- esquadrias metálicas: área desenvolvida;
- múltiplas demãos incorporadas na composição SINAPI.

### 8.3 Justificativas Técnicas

Foram adotadas tintas acrílicas laváveis e acabamento compatível com ambiente institucional de grande circulação.

## 9. GESSO

Os quantitativos de forros, sancas e elementos em gesso foram obtidos conforme projeção horizontal e detalhamentos executivos compatibilizados com instalações elétricas e climatização.

Foram considerados:

estruturas metálicas de sustentação;  
reforços;  
acabamentos;  
recortes para luminárias e equipamentos.

### 9.1 Critérios Técnicos

Medição horizontal projetada;  
Compatibilização com luminárias e climatização;  
Reforços metálicos considerados integralmente.

## 10. ELÉTRICA

Os quantitativos elétricos foram levantados conforme projetos executivos, diagramas, distribuição de circuitos, luminárias, infraestrutura seca, lógica e cabeamento estruturado.

Foram considerados:

- eletrodutos;
- cabeamento;
- quadros elétricos;
- dispositivos;
- luminárias;
- infraestrutura lógica;
- sistemas complementares.

### 10.1 Metodologia

Quantitativos levantados conforme:





- projeto elétrico;
- diagrama unifilar;
- distribuição de circuitos;
- layout de equipamentos.

ITEM	UNIDADE
Eletrodutos	m
Cabos	m
Luminárias	un
Tomadas	ponto
Quadros	un

## 10.2 Justificativas Técnicas

A solução adotada visa:

- modernização tecnológica;
- eficiência energética;
- adequação normativa;
- ampliação da capacidade operacional do plenário.

## 11. HIDROSSANITÁRIO

Os quantitativos hidrossanitários foram levantados com base nos projetos executivos de água fria, esgoto sanitário, drenagem e pontos hidráulicos complementares.

Foram considerados:

tubulações;  
conexões;  
registros;  
louças;  
metais;  
testes de estanqueidade;  
suportes e acessórios.

### 11.1 Metodologia

Levantamento baseado no projeto hidrossanitário executivo.

### 11.2 Critérios

- Tubulações em metros lineares;
- Conexões conforme peças efetivas;
- Louças e metais por unidade instalada;
- Testes de estanqueidade incluídos.

### 11.3 Justificativas Técnicas

As adequações visam:

- atendimento à NBR 5626;
- melhoria operacional;



- redução de manutenção;
- acessibilidade sanitária.

## 12. CLIMATIZAÇÃO

Os quantitativos de climatização contemplam infraestrutura frigorígena, drenos, suportes, equipamentos, pontos elétricos auxiliares e serviços de instalação e comissionamento.

- capacidade térmica dos ambientes;
- ocupação do plenário;
- renovação de ar;
- compatibilização arquitetônica;
- interferências com forros e instalações.

### 12.1 Metodologia

Dimensionamento baseado:

- carga térmica estimada;
- ocupação do plenário;
- renovação de ar;
- layout arquitetônico

ITEM	UNIDADE
Tubulação frigorígena	m
Drenos	m
Equipamentos	un
Suportes	un

### 12.2 Justificativas Técnicas

A climatização foi prevista para garantir:

- conforto térmico;
- desempenho operacional;
- eficiência energética;
- compatibilidade acústica.

## 13. MARCENARIA

- mobiliário sob medida;
- bancadas;
- acabamentos especiais.
- Metodologia

Levantamento baseado em detalhamento executivo.

### 13.1 Critérios

- medição por peça;
- áreas desenvolvidas;
- ferragens incorporadas;
- acabamentos inclusos.



### 13.2 Justificativas Técnicas

A marcenaria foi desenvolvida para:

- integração arquitetônica;
- funcionalidade institucional;
- durabilidade;
- acessibilidade operacional.

### 14. SISTEMAS COMPLEMENTARES

Foram considerados ainda os serviços complementares relacionados a:

infraestrutura de áudio e vídeo;  
tratamento acústico;  
acessibilidade;  
prevenção e proteção contra incêndio – PPCI;  
sistemas tecnológicos complementares;  
marcenaria técnica e mobiliário fixo.

Os quantitativos foram compatibilizados com os projetos executivos e necessidades operacionais da edificação pública.

### 15. CRITÉRIOS DE PERDAS

Foram considerados percentuais médios referenciais compatíveis com obras públicas de reforma e requalificação, contemplando:  
As perdas contemplam:

- cortes;
- recortes;
- transporte;
- armazenamento;
- ajustes executivos;
- retrabalhos técnicos.

SERVIÇO	PERDA ADOTADA
Pisos e revestimentos	10%
Pintura	5%
Tubulações	5%
Cabeamento	10%
Drywall	7%
Gesso	5%
Estrutura metálica	3%
Marcenaria	10%



Os percentuais adotados seguem critérios técnicos usuais compatíveis com a metodologia SINAPI e práticas executivas de obras públicas.

## 16. COMPATIBILIDADE COM SINAPI

O orçamento foi compatibilizado com composições referenciais SINAPI Curitiba/PR – janeiro/2026, sem desoneração.

Foram observadas as metodologias de composição, coeficientes técnicos, insumos, composições auxiliares e parâmetros de aferição estabelecidos pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI.

As composições utilizadas consideram:

- critérios de produtividade;
- encargos sociais;
- insumos;
- equipamentos;
- composições auxiliares;
- metodologia oficial de aferição.

### BDI ADOTADO

COMPONENTE	PERCENTUAL
Administração Central	4,00%
Seguro e Garantias	0,80%
Riscos	1,27%
Despesas Financeiras	1,23%
Lucro	7,40%
Tributos	8,65%
BDI Total	25,00%

O processo de compatibilização buscou assegurar aderência entre quantitativos, memorial descritivo, projetos executivos e composições referenciais adotadas na planilha orçamentária.

## 17. CONCLUSÃO TÉCNICA

A metodologia adotada assegura rastreabilidade técnica, compatibilização multidisciplinar, aderência às composições referenciais SINAPI e maior precisão dos quantitativos utilizados na contratação pública.

O presente memorial demonstra os critérios técnicos adotados para elaboração dos quantitativos da reforma do plenário da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande/PR, garantindo:

Coerência técnica;  
Transparência;  
Compatibilidade entre projetos;  
Rastreabilidade dos quantitativos;  
Suporte à adequada formação do orçamento da contratação.



Os quantitativos foram obtidos a partir de projetos executivos compatibilizados, critérios técnicos de engenharia e metodologias compatíveis com obras públicas, assegurando consistência técnica e suporte documental para a contratação administrativa.



## **Anexo VII**

Disponível em:

[https://drive.google.com/drive/folders/13VFHB\\_f77iQ2di0pchNXMHU56wPLuQYR?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/13VFHB_f77iQ2di0pchNXMHU56wPLuQYR?usp=drive_link)